



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

RITA DE CÁSSIA GARCIA MARGONATO

**DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO  
FEMININO NOS SETORES ECONÔMICOS DA REGIÃO SUL  
DO BRASIL**

---

Londrina  
2011

RITA DE CÁSSIA GARCIA MARGONATO

**DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO  
FEMININO NOS SETORES ECONÔMICOS DA REGIÃO SUL  
DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Solange de Cássia Inforzato de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Sidnei Pereira do Nascimento

Londrina  
2011

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M329d Margonato, Rita de Cássia Garcia.

Diferenciais de rendimento do trabalho feminino nos setores econômicos da Região Sul do Brasil / Rita de Cássia Garcia Margonato. – Londrina, 2011.  
96 f. : il.

Orientador: Solange de Cássia Inforzato de Souza.

Co-orientador: Sidnei Pereira do Nascimento.

Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Mercado de trabalho – Mulheres – Teses. 2. Economia regional – Teses. 3. Trabalho feminino – Teses. 4. Mulheres e trabalho – Teses. 5. Salários – Mulheres – Teses. I. Souza, Solange de Cássia Inforzato de. II. Nascimento, Sidnei Pereira do. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III. Título.

CDU 331.96

RITA DE CÁSSIA GARCIA MARGONATO

**DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO DO TRABALHO FEMININO NOS  
SETORES ECONÔMICOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Solange de Cássia Inforzato de  
Souza  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Katy Maia  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Cleise Maria de Almeida Tupich  
Hilgemberg  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Londrina, 16 de dezembro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão desta etapa tão importante em minha trajetória de vida não é algo trivial, tenho muito a agradecer à Deus, à minha família, amigos e a todas as pessoas que foram imprescindíveis na concretização desta etapa.

Em especial agradeço à Solange, minha orientadora, por quem tenho grande carinho e admiração, desde a Graduação me inspira e incentiva. Muito obrigada pela dedicação e confiança.

Agradeço aos professores do programa de pós graduação da UEL, em especial à Marcia Gabardo, pelo constante engajamento e incentivo.

Meu profundo agradecimento aos colegas de curso, pelo companheirismo e apoio incondicional, especialmente aos amigos que fiz ao longo do percurso, João, Alisson e Angel.

Agradeço à Fundação Araucária, pelo suporte financeiro.

MARGONATO, Rita de Cássia Garcia. **Diferenciais de rendimento do trabalho feminino nos setores econômicos da Região Sul do Brasil**, 2011. 96 p. Dissertação (Pós-Graduação, Mestrado em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2011.

## RESUMO

Este estudo analisa a formação e os diferenciais de rendimentos das mulheres nos setores de atividade econômica da Região Sul do Brasil, no período de 2002, 2005 e 2009, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para tanto, o procedimento metodológico consiste em estimar as equações de participação no mercado de trabalho e de salários através de um modelo *probit*, corrigido pelo Modelo de Seleção de Heckman (1979), a partir das quais realiza-se a mensuração do diferencial de rendimento das mulheres nos setores de comércio, indústria e serviços domésticos, comparativamente ao rendimento das mulheres no setor de serviços por meio de uma adaptação da Decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) feita por Jann (2008). Os resultados obtidos indicam que a variável cor não branca teve uma relação negativa quanto à seleção para o mercado de trabalho e a educação formal apresentou impacto positivo na inserção para o trabalho. O *lambda* (ou inverso da razão de Mills) foi significativo para todos os setores, um indicativo de que a inclusão dessa variável originada pelo Modelo de Seleção de Heckman é necessária para corrigir o viés de seleção amostral. Quanto à equação de rendimento, escolaridade e a categoria de trabalho formal, tenderam a interferir positivamente no rendimento feminino nos setores de comércio, indústria e serviços, enquanto a cor não branca indicou menores rendimentos, exceto no setor de serviços domésticos. Evidenciou-se a hipótese de que a segmentação setorial ocorre no mercado de trabalho feminino da Região Sul do Brasil, pois pode-se explicá-la não apenas pelos atributos pessoais (produtivos ou não) e pela categoria de emprego, mas também pelas especificidades dos setores (efeito setor) na determinação dos diferenciais observados mercado de trabalho feminino da Região Sul. Em média, o efeito setor explicou 30% do diferencial salarial observado na indústria, 24% no comércio, e 34% no setor de serviços domésticos, quando comparado ao rendimento obtido no setor de serviços, em vantagem salarial.

**Palavras – chave:** Mercado de trabalho. Rendimento da mulher. Diferença salarial.

MARGONATO, Rita de Cássia Garcia. **Income differentials of women's work in economic sectors of Southern Brazil**, 2011. 96 f. Dissertation (Post-graduation, Masters in Regional Economics). Centre of Applied Social Studies of Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2011.

### **ABSTRACT**

This study analyzes the formation of the income differentials of women in Southern Brazil in 2002, 2005 and 2009. Data from the annual Brazilian household survey (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE) in the respective years are analyzed. The methodology is to estimate the selection and wages equations using the Heckman's Sample Selection Model (1979). For the measurement of the female income differential in commerce, industry and domestic service, compared to income of women in the service sector it is applied an adaptation of the Oaxaca-Blinder Decomposition (1973) adapted by Jann (2008). The results indicate that the variable nonwhite skin color had a negative relation on the selection for the labor market and education had a positive impact on inclusion for the labor market. The lambda (or inverse Mills ratio) was significant for all sectors, what indicates that the inclusion of this variable was needed to correct the sample selection bias. For the income equation, education and formal work tended to positively affect the women's income in commerce, industry and services. While nonwhite color skin is related to lower income, except in the domestic service sector. It was confirmed the hypothesis that segmentation occurs in the female labor market in Southern Brazil because the income differential cannot be explained only by personal attributes (productive or not) and by formal work. There are specificities in the sectors (sector effect) determining the income differential of women's income in the labor market, moreover the sector effect explained 30% of the wage differential observed in industry, also explained 24% in the commerce and 34% of the female income gaps when compared to the service sector, which is considered as in advantage.

**Key – words:** Labor market. Female income. Wage gap.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina na Região Sul, por faixa de escolaridade – 2002, 2005 e 2009 .....	41
<b>Gráfico 2</b>	– Taxa de variação das faixas de escolaridade da amostra feminina da Região Sul, nos subperíodos de 2002/2005, 2005/2009 e entre 2002-2009 .....	42
<b>Gráfico 3</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina na Região Sul, por faixa etária – 2002, 2005 e 2009 .....	44
<b>Gráfico 4</b>	– Taxa de variação percentual da amostra feminina na Região Sul, por faixa etária – 2002, 2005 e 2009 .....	47
<b>Gráfico 5</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina da Região Sul, por cor em 2009 .....	48
<b>Gráfico 6</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de serviços em 2002, 2005 e 2009 .....	50
<b>Gráfico 7</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de indústria em 2002, 2005 e 2009 .....	52
<b>Gráfico 8</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de comércio em 2002, 2005 e 2009 .....	53
<b>Gráfico 9</b>	– Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de serviços domésticos em 2002, 2005 e 2009 .....	54

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	Distribuição percentual da amostra feminina ocupada na Região Sul, por cor e setores de atividade – 2002, 2005 e 2009 .....	49
<b>Tabela 2 –</b>	Descrição das variáveis e binárias, média e desvio padrão, da participação feminina no mercado de trabalho na Região Sul do Brasil .....	56
<b>Tabela 3 –</b>	Equações de seleção das mulheres, por setores de atividade na Região Sul – 2002.....	59
<b>Tabela 4 –</b>	Equações de seleção das mulheres, por setores de atividade na Região Sul – 2005.....	61
<b>Tabela 5 –</b>	Equações de seleção das mulheres, por setores de atividade da Região Sul – 2009.....	62
<b>Tabela 6 –</b>	Equações de rendimento das mulheres, por setores de atividade da Região Sul – 2002 .....	64
<b>Tabela 7 –</b>	Equações de rendimento das mulheres, por setores de atividade da Região Sul – 2005 .....	67
<b>Tabela 8 –</b>	Equações de rendimento das mulheres, por setores de atividade da Região Sul – 2009 .....	69
<b>Tabela 9 –</b>	Decomposição das equações de rendimento no setor industrial – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009 .....	72
<b>Tabela 10 –</b>	Decomposição das equações de rendimento no setor de comércio – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009 .....	75
<b>Tabela 11 –</b>	Decomposição das equações de rendimento no setor de serviços domésticos – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009 .....	76
<b>Tabela 12 –</b>	Resumo dos efeitos explicados, setoriais e interação, para os setores da indústria, comércio e serviços domésticos, comparativamente ao setor de serviços, 2002, 2005 e 2009.....	77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 ABORDAGENS TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FEMININO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS</b> .....	13
2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E RENDIMENTO: CAPITAL HUMANO E SEGMENTAÇÃO .....	13
2.2 A PRESENÇA FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRABALHO E RENDIMENTO .....	17
2.3 A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO BRASIL: ASPECTOS SETORIAIS E ESPACIAIS .....	22
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	30
3.1 BASE DE DADOS, COMPOSIÇÃO AMOSTRAL E RECORTE ESPACIAL .....	30
3.2 O MODELO ECONOMÉTRICO.....	31
<b>4 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO FEMININO: UMA ABORDAGEM REGIONAL E SETORIAL</b> .....	40
4.1 PERFIL DAS MULHERES OCUPADAS NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO SUL DO BRASIL .....	40
4.2 DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO SUL .....	57
4.3 DETERMINANTES DO RENDIMENTOS DAS MULHERES DA REGIÃO SUL POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA .....	63
4.4 RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO DE OXACA-BLINDER NO MERCADO DE TRABALHO FEMININO DA REGIÃO SUL .....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	81
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84
<b>APÊNDICES</b> .....	89

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente presença da mulher no mercado de trabalho representou uma importante mudança no cenário econômico nacional. Sua inserção ocorreu de forma gradativa, mais intensamente a partir dos anos 70, acompanhou a evolução da produção nacional, e está ligada a importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, isto porque seus aspectos transcendem ao econômico, fazendo com que o papel social da mulher se altere e ocasione o surgimento de novos perfis familiares.

Na década de 2000 destacou-se a intensidade do crescimento da atividade econômica feminina. Em 2000, o Brasil tinha 86,3 milhões de mulheres que representavam boa parte da força de trabalho no país, acumulavam tarefas e passaram a chefiar um maior número de domicílios. O aumento da chefia feminina refletiu diretamente no rendimento familiar e em comparação com os homens, as mulheres chefiavam domicílios com melhores condições de saneamento básico; eram mais escolarizadas; viviam mais e representavam a maior parcela entre a população idosa no país (IBGE, 2009). Os indicadores para o Brasil revelam que, na última década, a taxa de ocupação das mulheres com 10 anos ou mais de idade passou de 43,1,1% em 2001 para 45,5% em 2005, chegando a 46,8% da população feminina em 2009. Isto significa que quase metade da população feminina em idade ativa estava inserida no mercado de trabalho no final dos anos de 2000.

No entanto, a participação da mulher no mercado de trabalho está cerceada pela persistência de desigualdades, cujas razões merecem ser estudadas. Em primeiro lugar, tem impacto direto sobre o bem-estar social e está diretamente relacionada às variáveis socioeconômicas importantes como, por exemplo, a taxa de poupança da economia, a taxa de mortalidade infantil e a expansão da pobreza (BARROS; MENDONÇA, 1995). A dependência destas variáveis ao grau de desigualdade de renda e rendimentos é evidente e remete à presença de desigualdades de rendimento das mulheres em relação aos homens. Este é um fato amplamente abordado pela literatura e sabe-se que apesar de as mulheres serem em média mais escolarizadas que os homens esse diferencial salarial é persistente, embora tenha decrescido ao longo da última década. No ano de 2009, o rendimento médio mensal das mulheres foi 43% inferior aos dos homens no Brasil, enquanto na Região Sul esse diferencial foi ainda maior, chegando a 45% (IBGE, 2009).

A literatura documenta também que ao longo dos anos 2000, o setor de serviços cresceu mais do que o comércio e a indústria no que diz respeito ao número de empresas e ao pessoal ocupado. Trata-se de setor muito heterogêneo, que abrange desde empresas de grande porte até pequenas firmas e é um campo de estudos ainda pouco explorado no Brasil. Em 2009, o setor de serviços ocupava 9,7 milhões de pessoas, correspondente a R\$ 143,5 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, enquanto a indústria ocupou 7,9 milhões de pessoas e os gastos com pessoal foram de R\$ 240,4 bilhões. As empresas comerciais ocuparam cerca de 8,8 milhões de pessoas e foram pagos R\$ 95,1 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações (IBGE, 2009). No âmbito do trabalho feminino, são evidenciados maiores rendimentos das mulheres ocupadas no setor de serviços, o que indica que esse setor apresenta vantagens para o trabalho feminino, e verifica-se ainda uma maior taxa de participação das mulheres nesse setor, pois 55% da participação feminina no Estado do Paraná ocorre no setor de serviços, 47,5% em Santa Catarina e 49,5% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2009).

Na abordagem regional, destaca-se a importância do Sul do Brasil, em que se considera o contexto econômico e a capacidade produtiva, ambos ligados às características do mercado de trabalho e, por consequência, à força de trabalho que move todo esse processo. A participação das macrorregiões e unidades da federação no produto interno bruto (PIB) é um indicador de relevância da capacidade produtiva da Região. Desse modo, a Região Sul contribuiu, em 2008, com 16,6% do PIB nacional, sendo que 5,9% coube ao Paraná, 4,1% à Santa Catarina e 6,6% decorreu da produção no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma participação considerável, pois exceto pela Região Sudeste que concentra 56% do PIB nacional, as demais macrorregiões têm participações inferiores à Região Sul, em que o Centro-Oeste representa 9,2%, o Nordeste 13,1% e a Região Norte contribuiu para 5,1% do PIB nacional em 2008 (IBGE, 2008).

As características produtivas estão ligadas ao desempenho do mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE (2009), o mercado de trabalho da Região Sul comporta quase 16% da população ocupada nacional, da qual 44% são representadas pelas mulheres, tratando-se, portanto, de uma parcela relevante no cenário regional. Um aspecto importante apresentado pela literatura é a menor desigualdade de renda presente na Região Sul, comparativamente ao restante do Brasil. A desigualdade presente na Região sul em 2009, medida pelo índice de Gini,

foi de 0,489 enquanto no Brasil a média nacional foi de 0,518 (IBGE, 2009).

A maior visibilidade auferida pelas mulheres, sobretudo na década atual, principalmente em decorrência de políticas públicas, corrobora para tornar cada vez mais assídua a discussão sobre sua participação no mercado de trabalho e a persistência de diferenciais de rendimento. De acordo com Silva (1983), o estudo das diferenças salariais é justificado pelas várias relações sociais e econômicas existentes, um fator importante da hierarquização nas sociedades modernas quanto à determinação dos níveis de bem-estar auferido pelas pessoas.

A partir do pressuposto de que as diferenças salariais existem e são elevadas, pretende-se averiguar a parcela cabível à segmentação setorial entre as mulheres no mercado de trabalho da Região Sul do Brasil. A literatura brasileira tem registrado a preocupação de vários autores quanto à verificação da existência de desigualdades de rendimentos do trabalho. As especificidades acerca de diferenciais de rendimento por gênero podem ser encontradas em Cacciamali e Batista (2009), Carvalho, Neri e Silva (2006), Araújo e Ribeiro (2002), Kon (2002); diferenciais entre os mercados formais e informais de trabalho estão registradas em Silva e Kassouf (2000); Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004); e ainda desigualdades decorrentes das regulamentações dos mercados de trabalho são tratadas em Fernandes (1996). No entanto, tais estudos não contemplam aspectos setoriais, como especificamente o setor de serviços em relação aos demais, nem o comportamento da ocupação e do rendimento nesse setor e/ou sua relação com os demais setores, ou ainda a possibilidade de que as características setoriais influenciem no rendimento feminino. A investigação avança, então, para o questionamento: as diferenças salariais são explicadas pelas características pessoais e da regulação ou pelos atributos do setor, ou seja, pela segmentação setorial?

Diante desse contexto, esta pesquisa tem por objetivo analisar a formação e as diferenças dos rendimentos das mulheres da Região Sul do Brasil, nos setores de atividade econômica nos anos de 2002, 2005 e 2009 a partir dos microdados da PNAD. Examina-se a proporção dos efeitos decorrentes dos atributos pessoais e da regulação no mercado de trabalho *versus* os efeitos setoriais na determinação dos diferenciais de rendimento das mulheres. Para tanto, utiliza-se a estimação de equações mincerianas de participação e de rendimento, corrigidas pelo Modelo de Seleção de Heckman (1979), a partir das quais se realiza a

Decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) adaptada por Jann(2008) que explicita os diferenciais de rendimento nos grupos comparados.

A hipótese que sustenta esta pesquisa é a de que as trabalhadoras atuam em segmentos distintos do mercado de trabalho, em diferentes setores, os quais têm seus rendimentos determinados, em parte, independentes das características das trabalhadoras e da regulação. A segmentação ocorre no mercado de trabalho feminino da Região Sul do Brasil e pode ser explicada pelos diferenciais de produtividade ligados à teoria do capital humano, pelos atributos pessoais produtivos ou não, e pelo efeito do setor nos rendimentos das mulheres inseridas no mercado de trabalho dessa região.

Este estudo é composto por quatro capítulos além desta introdução. No primeiro capítulo são apresentadas as abordagens teóricas e evidências empíricas sobre o rendimento do trabalho feminino. O segundo capítulo descreve os procedimentos metodológicos, enquanto o terceiro consiste na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, as considerações finais e as principais contribuições da pesquisa são apresentadas.

## **2 ABORDAGENS TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FEMININO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS**

Neste capítulo apresentam-se as abordagens teóricas do capital humano e da segmentação no mercado de trabalho, contempladas por este estudo, e sua interação com as evidências empíricas que delineiam o estado do conhecimento sobre o tema no Brasil. Trata ainda a literatura concernente à evolução histórica da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, bem como a relação entre a teoria econômica e o rendimento do trabalho.

### **2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E RENDIMENTO: CAPITAL HUMANO E SEGMENTAÇÃO**

As desigualdades na distribuição da renda e dos rendimentos há muito estão presentes na pauta de preocupações e discussão não apenas dos economistas, mas de toda a sociedade. No entanto, a forma como vem sendo estudada se alterou ao longo do tempo e nesse processo várias teorias surgiram com o intuito de explicar a distribuição da renda e dos rendimentos.

A literatura econômica evidencia os trabalhos de Adam Smith, com sua obra seminal intitulada “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, publicada em 1.776, que trouxe a temática do valor e sua distribuição entre salários, lucros e rendas. Outro clássico foi David Ricardo, responsável por sugerir uma teoria relativamente densa sobre o processo de distribuição de renda ao cunhar um modelo em que relacionava os fatores de produção terra, capital e trabalho à respectiva remuneração de cada fator. Esse tipo de abordagem constitui o que ficou conhecido como distribuição funcional da renda. Outra abordagem sobre a distribuição funcional da renda, muito difundida e controversa provém de Marx, marcada pela relação antagônica e conflituosa entre os fatores de produção capital e trabalho, cujos reflexos transbordam à esfera distributiva da renda.

No contexto neoclássico e no âmbito da distribuição pessoal da renda, há o predomínio de duas vertentes principais. A primeira, e que pouco contribui como argumento explicativo coeso, é a chamada teoria estocástica, a qual está sujeita à lei dos efeitos proporcionais, de forma que a cada período a renda das

peças estaria sujeita às alterações percentuais igualmente prováveis, independente do nível em que estivessem. Seu fraco arcabouço teórico e o fato de ignorar a participação ativa ou passiva do indivíduo no processo fazem com que esta seja uma corrente pouco significativa.

Por outro lado, têm-se as teorias que consideram o equilíbrio entre a oferta e demanda por mão de obra como fator determinante do preço (salário) de mercado. Dentre elas, a corrente teórica mais abordada é a teoria do capital humano, que determina uma relação direta entre o investimento individual em educação e treinamento e a possibilidade de auferir maior remuneração. Isso decorreria da obtenção de maior eficiência na execução de tarefas, que o torna mais produtivo e resultaria em acréscimos na remuneração. O pressuposto central dessa teoria é o de que o capital humano é sempre algo produzido, isto é, o produto de decisões deliberadas de investimento em educação ou em treinamento.

Schultz (1973), um dos precursores desta teoria, defende uma relação direta entre capital humano e distribuição de rendimentos, ou seja, o investimento em capital humano é apontado como um elemento chave na distribuição pessoal de renda. Essa discussão ganhou força a partir da década de 60 em virtude da preocupação cada vez maior com as questões ligadas ao crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda. A melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das capacitações (adquiridas por treinamento) e maior acumulação de conhecimento (de caráter científico, gerencial, artístico, entre outros) são reconhecidos como fatores de grande valia para o crescimento econômico. Na medida em que se realiza investimento em capital humano, principalmente em educação formal, as diferenças de qualidade individuais da mão de obra são observadas como diferenças em habilidade cognitiva. Desse modo, é estabelecida uma relação direta entre habilidade cognitiva e a produtividade do trabalhador (SILVA, 2006).

Segundo Kon (2000), o estudo da remuneração dos trabalhadores em diferentes mercados de trabalho deve recusar estas hipóteses menos realistas presentes nas teorias econômicas neoclássicas, pois, apesar de ser importante para isolar os princípios básicos da oferta e da demanda, não são evidenciadas na realidade. O que se evidencia na realidade é uma força de trabalho heterogênea, com diferenças entre os indivíduos e no mercado de trabalho, de forma que esta heterogeneidade interfere diretamente na remuneração dos trabalhadores.

Outra abordagem sobre as relações entre a educação e os rendimentos, rotulada como teoria credencialista, critica a teoria do capital humano pelo automatismo entre a educação formal e o aumento na produtividade do trabalho, sem, contudo, esclarecer quais seriam os meios para tanto. Assim, na visão credencialista, a escolaridade por si só está relacionada à motivação pessoal, entre outras características não observáveis que proveriam o indivíduo de sinalização positiva quanto à maior produtividade, porém não existiria uma relação direta, como é proposto pela teoria do capital humano. Essa linha de pensamento possui diferentes derivações, desde as mais sutis, que consideram a interferência do papel de socialização da educação do indivíduo no mercado de trabalho até o caso extremo, proposto pela teoria credencialista. Apesar das variações, partilham a ideia de que as escolas selecionam os indivíduos de acordo com suas características, condição socioeconômica e linhagem familiar, atuando de forma a reforçar suas características originais, o que os tornariam mais suscetíveis à estratificação no mercado de trabalho.

Na linha crítica das relações entre trabalho e rendimento, as abordagens teóricas que defendem a existência de segmentação ou dualidade no mercado de trabalho são bastante variadas e abrangem uma gama de variáveis. Lima (1980) caracteriza o mercado de trabalho segmentado, no qual a demanda por trabalho por parte das empresas, da estrutura econômica e produtiva, conformariam o mercado de trabalho em primário e secundário. O primeiro comportaria os empregos estáveis, com alta produtividade e desenvolvimento tecnológico, possibilidade de promoção na empresa, sendo também chamado de “*on- the-job training*” devido ao típico treinamento oferecido no próprio trabalho; em conjunto estes fatores requerem profissionais hábeis, retribuídos consequentemente com altos salários.

Segundo o autor, o mercado secundário apresenta características inversas, com baixa produtividade e nível tecnológico, piores condições de trabalho, além de apresentar alto nível de desemprego. Nessas condições, pouco (ou nenhum) treinamento é ofertado por parte das empresas e exige-se qualificação mínima. Em conjunto, esses fatores se refletem em nível salarial inferior e grande rotatividade dos trabalhadores. Os empregos com tais características usualmente se concentram em pequenas empresas, típicas da estrutura de mercados competitivos, cuja demanda é instável, possuem acesso ínfimo a capital de investimento e obtém

baixos lucros, fatores que contribuem para a reprodução da situação, pois não conseguem se modernizar e nem mesmo promover treinamento adequado aos funcionários.

Há três correntes teóricas distintas que buscam explicar essa dualidade caracterizada no mercado de trabalho. A primeira delas, segundo Lima (1980), decorre de um ajuste alocativo dos trabalhadores. Os principais responsáveis por essa teoria são Doeringer e Piore, segundo os quais são as características pessoais e o comportamento dos indivíduos que determinam o tipo de mercado em que serão alocados. Os autores enfatizam o peso dos atributos pessoais dos trabalhadores na determinação do tipo de mercado em que são alocados, atribuem também um grande peso ao potencial que o treinamento no mercado de trabalho e a participação em mercados internos representam para a obtenção de melhor rendimento e mobilidade ocupacional. Desse modo, estes autores teriam uma visão da estratificação do mercado de trabalho com base no lado da oferta da mão de obra (LIMA, 1980).

Reich, Marglin, Gintis, Edwards, Gordon e Bowles (*apud* Lima, 1980) consideram a diferenciação das classes sociais e a responsabilidade do sistema educacional como fatores determinantes da manutenção da imobilidade ocupacional para a segmentação do mercado de trabalho. O processo histórico de acumulação que permite a certo grupo o controle dos meios de produção, aliada à diferença das participações de capital e trabalho no produto final e as forças políticas intrínsecas ao capitalismo modelam o dualismo no mercado de trabalho (LIMA, 1980). A segmentação no mercado de trabalho é resultado de um processo histórico, em que forças político-econômicas encorajam a separação do mercado em segmentos, caracterizados por especificações típicas e regras comportamentais intrínsecas (REICH; GORDON; EDWARDS, 1973).

Por fim, Bluestone, Harrison e Vietorisz (*apud* Lima, 1980) relacionam a estrutura industrial com as características dos empregos, e a interação entre ambos, que juntamente com as falhas de mercado são apresentadas como principais balizadores dos empregos. Nesse aspecto, ressalta as características da demanda por mão de obra como responsável pela dualidade no mercado de trabalho. O dualismo tecnológico, tipicamente composto por centros oligopolistas com alto progresso técnico e empresas periféricas estagnadas tecnologicamente, tende a reforçar a segmentação do mercado de trabalho (LIMA, 1980).

Portanto, nessa abordagem, a conformação do mercado de trabalho, da segmentação, mobilidade ocupacional e massa salarial, dependem do poder de mercado das empresas, devido ao poder de monopólio das mesmas e da intensidade tecnológica das técnicas produtivas e ainda, do processo histórico e das características pessoais juntamente com os atributos dos postos de trabalho. Ou seja, embora o papel da educação seja inegavelmente importante, não deve ser diretamente o único responsável pela determinação salarial dos trabalhadores. O rendimento do trabalho e a distribuição de renda são variáveis que ainda dependem de outros fatores, tais como, do cenário conjuntural da economia, que sofre impactos em períodos de recessão ou crescimento e das taxas de absorção de mão de obra nos diferentes segmentos da economia, vinculados aos diferentes tipos de adequações tecnológicas e sua conseqüente repercussão sobre a estrutura ocupacional. Como o rendimento é tido como uma função do cargo, o qual está sujeito à estrutura de empregos, que não está sob o controle dos trabalhadores, antepõe-se às suas qualificações.

A abordagem teórica da segmentação no mercado de trabalho está ligada, portanto, a considerações sobre a organização do processo de produção e seu conteúdo político questiona a eficácia das medidas que incidem somente sobre o lado da oferta de mão de obra, como instrumentos capazes de, isoladamente, alterar a distribuição dos rendimentos, uma vez que, em grande medida, são dependentes do lado da demanda por mão de obra (MULS, 1994).

A teoria da segmentação, relativa ao mercado de trabalho dual é o suporte teórico deste estudo e da hipótese de que os diferenciais de rendimento decorrem não apenas da diferença na qualificação da força de trabalho, mas sim que há outros fatores a serem considerados, em especial as tipicidades relacionadas aos setores econômicos, as quais vão além da produtividade individual. Desse modo, busca-se explicar os diferenciais de rendimento existentes no mercado de trabalho feminino da Região Sul do Brasil, por meio do aporte teórico da segmentação.

## 2.2 A PRESENÇA FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRABALHO E RENDIMENTO

As evidências empíricas definem a realidade do mercado de trabalho

brasileiro como heterogênea, com marcantes diferenças entre as características intrínsecas aos indivíduos e também aos postos de trabalho, de forma que essa heterogeneidade interfere diretamente na inserção dos trabalhadores no mercado e na interação entre ambos. Esse fato pode implicar na alocação de certos grupos, tais como as mulheres, os jovens ou negros, de forma diferenciada nos postos de trabalho.

Alguns fatores são apontados pela literatura econômica como diretamente ligados à inserção feminina no mercado de trabalho, entre eles, a difusão do uso de anticoncepcionais nos anos 60, as alterações econômicas e sociais vivenciadas entre as décadas subsequentes, e ainda transformações ocorridas na configuração familiar, na chefia feminina, queda na taxa de fecundidade e aumento da longevidade.

Segundo Bruschini (2000), o aumento da participação das mulheres a partir dos anos 1970 decorreria não somente da necessidade financeira, mas também das oportunidades oferecidas pelo mercado. As trabalhadoras dos anos 70, de acordo com Bruschini (2007), eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, já atualmente uma proporção significativa das mulheres trabalhadoras são casadas e têm filhos.

Particularmente sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, Leone e Baltar (2008) ressaltam que as mulheres pioneiras foram de estratos sociais elevados, seguidas pelas mais pobres. De acordo com Sedlacek e Santos (1990), tal fato decorre do distinto resultado dos efeitos renda e substituição para os dois estratos. O efeito renda seria o motivo pelo qual as mulheres mais pobres, que necessitam complementar a renda familiar, seriam incentivadas a ingressar no mercado de trabalho. Já no caso das mulheres de classes sociais mais abastadas, predomina o efeito substituição, uma vez que estas, por serem mais escolarizadas, possuem maiores incentivos a buscarem trabalho fora do lar e tentar novas oportunidades.

Soares e Izaki (2002) investigam as mudanças na participação feminina no mercado de trabalho, a partir de variáveis selecionadas como a urbanização, a migração, o acesso à escola e a composição familiar. A partir de uma análise de decomposição univariada, concluíram que a urbanização explica apenas 2,1% na variação da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho; a migração não foi uma variável relevante, enquanto a proporção de mulheres como

chefes de família passou de 8% para 16%, entre as décadas de 1980 e 1990, no percentual de mulheres nos domicílios brasileiros, de forma a sugerir um forte poder explicativo da mudança na taxa de participação feminina no mercado de trabalho. A escola aparece como agente de transformação e modernização e um ponto interessante é que as mulheres sem nenhum diploma têm taxas de participação baixas para qualquer nível de renda dos cônjuges, e as mulheres com diploma superior têm taxas altas, independente do nível de renda dos cônjuges. Comportamento que sugere um efeito preço que esconde um eventual efeito renda (SOARES; IZAKI, 2002).

Scorzafave e Menezes-Filho (2001), comparam os modelos de Decomposição de Yun e de Oaxaca em relação à evolução dos subgrupos de idade e escolaridade, entre 1982 a 1997, quanto à participação feminina no mercado de trabalho. Observaram que os resultados foram muito parecidos e ambos conseguiram explicar o diferencial de taxa de participação da força de trabalho, concluiu-se que mudanças nas características das mulheres entre 25 a 64 anos explicavam metade do diferencial e uma mudança de atitude ante os desafios do mercado de trabalho contribuíram para que mais mulheres fossem à procura de colocação profissional no mercado de trabalho.

Ao longo da década de 90 o perfil etário das trabalhadoras brasileiras apresentou alterações nítidas. A concentração das atividades laborais entre as mulheres de 20 a 24 anos passou a diminuir, ao passo que houve um movimento contrário, em maior proporção, de aumento na taxa de atividade das mulheres entre 25 e 44 anos (WAJNMAN, RIOS-NETO, 2000). Segundo os autores, este fato pode ser relacionado ao ciclo de vida feminino. Entre os homens o padrão de atividade é mais homogêneo e inelástico e a faixa etária de 20 a 49 anos corresponde a 95% do trabalho masculino. Já o ciclo de vida das mulheres sofreu transformações ao longo do tempo e passou a depender de fatores socioeconômicos e culturais, além de ser um reflexo do grau de industrialização e organização do trabalho existente no país, de tal forma que o ciclo de vida feminino é tipicamente heterogêneo.

Apesar das mudanças ocorridas e da crescente parcela feminina no mercado de trabalho, alguns aspectos contraproducentes persistem. A discriminação e a desigualdade de rendimento contra a mulher no mercado de trabalho são fatores que continuam apesar de todo avanço por elas obtido. Para Ramos, Rios-Neto e

Wajnman (1997), a idade e a educação são variáveis clássicas nos estudos sobre os fatores determinantes da desigualdade de rendimentos individuais. Segundo os autores, a variável educação é elemento de escolha na decisão de investimento e alocação de tempo. Quanto à variável idade, relaciona-se aos retornos da experiência adquirida ao longo da trajetória individual no mercado de trabalho. Ambas interferem no quesito rendimento, porém o fator educação tem peso maior.

Oliveira e Rios-Neto (2006) analisaram a disposição da desigualdade salarial entre mulheres brancas e negras no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990 e confirmaram a hipótese de que o hiato salarial é determinado por diferenças individuais e ocupacionais, porém as hipóteses de retorno crescente à qualificação e de que o aumento da demanda por trabalho qualificado contribuem para aumentar o hiato salarial entre trabalhadores com alta e baixa qualificação não foram corroboradas. Confirmou-se que a redução da desigualdade dentro de cada grupo, porém não ocasionou declínio da desigualdade entre os grupos raciais.

Cavalieri e Fernandes (1998) averiguam como o diferencial de salários entre as raças varia de acordo com a idade, a educação, o sexo e a região. Constatou-se que o diferencial observado entre pessoas de cor branca e não-branca aumenta sensivelmente com o nível educacional e atinge principalmente as mulheres.

Para Bruschini (2000), o diferencial salarial existente entre homens e mulheres, não é devido nem à escolaridade, nem à jornada de trabalho, nem ao tipo de vínculo que estas estabelecem com os empregadores e, tampouco é reflexo dos setores nos quais estas estão inseridas. No entender da autora, a diferença de remuneração existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro é devida, em sua maior parte, à discriminação de natureza sexual. A participação feminina no mercado de trabalho tem-se ampliado, mas as diferenças de renda por sexo continuam muito grandes. Apesar da maior participação, as mulheres continuam segregadas em ocupações de menor renda, tanto nas posições ocupacionais de empregadas domésticas quanto nas ocupações por conta-própria (LEONE; BALTAR, 2008). Ao analisar a ocorrência de discriminação de rendimentos no mercado de trabalho, Ramos (2007), define os diferenciais compensatórios de diferentes postos de trabalho, a heterogeneidade do potencial produtivo individual e a distinção de trabalhadores via segmentação de mercado como os principais

fatores responsáveis pelos diferenciais de rendimento existentes no mercado de trabalho brasileiro.

Ao analisar as modificações no mercado de trabalho brasileiro sob uma perspectiva de gênero, pode-se mostrar que há uma cristalização dos diferenciais entre homens e mulheres, em especial a desigualdade de rendimento, mesmo quando as mulheres se encontram em posições similares às dos homens. A partir dos dados da PNAD de 2001 Soares e Oliveira (2004) construíram um recorte por ocupações, cujo intuito foi mostrar que a desigualdade de rendimento é um fenômeno resultante tanto das características discriminatórias no mercado de trabalho quanto da preponderante participação feminina concentrada em ocupações menos qualificadas e de remuneração inferior.

Em grande medida, os diferenciais salariais não são as únicas dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, uma vez que estão sujeitos às variações no cenário macroeconômico. Na década de 1990 houve a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, queda na taxa de inflação, redução da presença do Estado na economia, além de instabilidade econômica, crises fiscal e política; mudanças estruturais que resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, cujos impactos foram significativos sobre o mercado de trabalho. Entre 1991 e 1998 houve aumento de desempregados, trabalhadores sem carteira assinada e autônomos, o que indica retração no mercado formal de trabalho (LACERDA, BOCCHI e REGO, 2010). Para Baltar (1998) a queda no nível de emprego formal estava ligada à terceirização do trabalho por parte das empresas e ainda à redução das oportunidades decorrentes da mudança na estrutura produtiva, relacionadas não apenas ao aumento da produtividade mas também ao abalo que o aumento das importações causou nas cadeias de produção.

Já na última década fatores positivos como a estabilidade, recuperação econômica e crescimento contribuíram para uma evolução dos rendimentos médios, também ligados à aspectos de melhorias no mercado de trabalho, como aumento da regulação formal e dos postos de trabalho. Segundo o IBGE (2009), o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada passou de 54% em 2002 para 59,9% em 2009. Um fator positivo para o trabalho feminino foi o aumento da taxa de ocupação das mulheres, que passou de 44,5% em 2002 para

46,8% em 2009, enquanto a taxa de ocupação dos homens manteve-se estagnada em 67% no período.

Apesar do avanço obtido pelas mulheres, ainda há grandes barreiras a serem vencidas, tal como a persistência dos diferenciais de rendimento. Segundo Dedecca, Jungbluth e Trovão (2008), a importância da redução da desigualdade deve ser acompanhada da identificação dos seus determinantes e perspectivas e, sendo assim, é essencial analisar com acuidade a evolução dos estudos sobre os diferenciais de renda e rendimentos no cenário nacional.

### 2.3 A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO BRASIL: ASPECTOS SETORIAIS E ESPACIAIS

A literatura brasileira tem registrado a preocupação de vários autores quanto à verificação dos determinantes das desigualdades de renda e rendimentos do trabalho. Desse modo, a geração e a manutenção da diferença de renda e rendimentos têm estado na pauta de pesquisa, principalmente após o golpe militar de 1964 e a publicação dos censos demográficos de 1960 e 1970, devido a constatação do crescimento no grau de desigualdade de renda ao longo dos anos 60 (BARROS; MENDONÇA, 1995).

No Brasil, os principais estudos sobre as desigualdades na distribuição de renda iniciaram-se com Langoni (1973), cujo trabalho pioneiro sobre o tema apresenta um estudo denso e abrangente sobre o processo de geração da desigualdade de renda e a forma como são revelados no mercado de trabalho através de diferenciais salariais associados ao tipo de trabalhador e ao posto de trabalho. Nele são investigadas as relações entre os diferenciais de salário e variáveis como o nível educacional, idade, gênero, aspectos setoriais e espaciais.

Langoni (1973) afirma que essas características são determinantes na diferenciação salarial, destacando que as disparidades educacionais existentes entre os trabalhadores constituem-se no principal fator determinante desses diferenciais. Seus resultados pioneiros deram origem a um debate entre os pesquisadores brasileiros e também entre os formuladores de políticas, particularmente quanto à sua interpretação de que o aumento dos diferenciais salariais por nível educacional teria sido o elemento principal na determinação da evolução da distribuição de renda na década de 1960 no Brasil. Seu estudo foi fundamental para estabelecer um consenso sobre o aumento da desigualdade de

renda entre os anos de 1960 e 1970 e incitar o interesse por mais pesquisas, dada a imprescindibilidade do assunto. Além disso, mesmo que o aumento da desigualdade na década de 1970 tenha sido inferior ao dos anos de 1960, a distribuição da renda ao longo dos anos 1970 foi ainda mais concentrada (HOFFMANN, 1983).

Segundo Cacciamalli e Camillo (2009), o argumento teórico/metodológico de Langoni privilegiava o individualismo da teoria do capital humano, pois seu argumento era que, se fosse mantido o crescimento econômico, a concentração de renda no Brasil seria um elemento transitório, típico do processo de reestruturação produtiva e que a escolaridade dos trabalhadores seria determinante na distribuição pessoal de renda, principalmente nos setores de atividade econômica em que havia maior produtividade.

Nas décadas recentes, a análise da distribuição da renda e dos diferenciais de rendimento se tornou mais atomizada, restringindo-se ao mercado de trabalho, deixando à margem as discussões sobre a renda agregada total e avançando pouco quanto ao papel da riqueza na geração das desigualdades de rendimento. Nesse aspecto, a vertente que tem estado em foco refere-se à distribuição pessoal da renda, que não prioriza qual parcela do produto é alocada pelo trabalho ou pelo capital, mas sim como o rendimento total do trabalho é dividido entre os trabalhadores. Para Ramos, Reis e Camargo (2000), embora a riqueza/pobreza esteja muito relacionada com a política de distribuição da renda entre as famílias, uma vez que consistem em importante agente redistribuidor de renda, ao abordar-se a distribuição pessoal do rendimento prioriza-se estudos com foco e resultados mais restritivos, mas que tendem a ser mais pontuais. Atualmente, a necessidade de reduzir a desigualdade é consensual, porém as medidas práticas a serem utilizadas nesse sentido geram opiniões divergentes e polêmicas.

Em nota técnica o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) divulgou que entre 2001 e 2004 houve uma redução de 4% na concentração de renda no país, medida pelo Índice de Gini, que passou de 0,593 para 0,569. A tendência de queda na concentração de renda se manteve até o final da década, pois passou de 0,544 em 2005 para 0,518 em 2009, uma redução percentual de quase 5%. Os motivos apontados para esta considerável melhoria foram as características demográficas das famílias, isto é, uma redução na desigualdade entre as famílias devido o aumento no número de adultos; os programas de transferência de renda são também considerados.

Nos fatores relativos ao mercado de trabalho, a desigualdade de rendimento do trabalho contribuiu com metade da queda da desigualdade de renda familiar e está diretamente relacionada à redução dos diferenciais em educação. Há ainda a queda da desigualdade decorrente do grau de segmentação espacial no mercado de trabalho, principalmente em relação às capitais e o interior, pois as disparidades entre capital e municípios médios do interior, bem como entre municípios médios e pequenos do interior, declinaram de forma acentuada entre 2001 e 2004. Essa maior integração entre os mercados de trabalho dos municípios de grande, médio e pequeno porte contribuiu significativamente para a redução da desigualdade de renda (IPEA, 2006).

Resultado recente sobre a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD de 2009, divulgado pelo IPEA (2010) afirma que de 1999 a 2009, houve três períodos marcadamente diferentes na evolução na distribuição de renda. O primeiro, que vai de 1999 a 2001 e se caracteriza pela estabilidade macroeconômica e da renda, visto que não houve grandes mudanças na desigualdade nem na renda média. De 2001 até 2005, a renda média pouco aumenta, mas a queda da desigualdade já é fato bem estabelecido. Finalmente, de 2005 a 2009, o Brasil passa a ter grandes aumentos de renda ocorrendo concomitantemente com a queda continuada da desigualdade.

Coelho, Veszteg e Soares (2010) estimam os retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil, a partir de dados da PNAD para o ano de 2007, por meio de regressões quantílicas com correção de Heckman semiparamétrica para viés de seleção amostral. As estimativas para o Brasil mostram elevado retorno referente aos investimentos em educação, inclusive para as mulheres entre 20 e 60 anos de idade, porém estes retornos não são constantes ao longo da distribuição salarial. Além disso, tem impactos heterogêneos sob os diferenciais raciais de rendimento e tendem a ser maiores para as mulheres no topo da distribuição salarial. Tanto os diferenciais por anos de estudo como a discriminação racial tendem a serem mais graves para as mulheres na parte superior da distribuição salarial. Políticas relativas à melhorias na qualidade da educação e que assegurem um maior acesso das mulheres negras mais educadas a postos melhor remunerados são necessárias para garantir uma redução na desigualdade salarial e que seja também revertida em menor desigualdade total dos rendimentos.

Ainda à luz da teoria do capital humano, foram analisados por Chaves (2002) os determinantes dos rendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre, no ano de 2000, por meio de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Considerou a escolaridade e a experiência como variáveis importantes na explicação dos rendimentos, parte integrante das equações, a partir das quais obteve-se nos testes empíricos a capacidade explicativa das diferenças dos rendimentos por parte do modelo do capital humano. Para o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, o estudo comprovou que o estoque de capital humano contido nos trabalhadores é responsável por 44,9% da variação dos rendimentos. Porém, ainda que as variáveis mensuráveis utilizadas no modelo afetassem o rendimento do trabalhador tal como o previsto pela teoria, responderam por menos da metade da variação dos rendimentos no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dessa forma, metade da variação não explicada deve-se a outras variáveis não mensuráveis, como o talento e/o esforço do trabalhador, que desempenham um papel importante na determinação salarial (CHAVES, 2002).

No âmbito dos estudos que priorizam a ótica da dualidade no mercado de trabalho, uma gama de variáveis e fatores específicos podem ser considerados como fonte e/ou explicação para os diferenciais de rendimento. Tipicidades setoriais podem ser apontadas como fatores importantes na determinação das diferenças observadas no mercado de trabalho. Estudo realizado por Pinheiro e Ramos (1994) estimou diferenciais de salários intersetoriais, controlando as diferenças nos atributos produtivos dos trabalhadores e as características do posto de trabalho. Os diferenciais salariais estimados para os anos de 1981, 1985 e 1990, mostraram que os prêmios salariais mantiveram-se estáveis ao longo da série e que refino de petróleo, instituições financeiras e transporte aéreo são os setores que tendem a pagar os maiores prêmios.

Biderman e Guimarães (2002) utilizam dados da Pnad de 1989 e 1999 para analisar os determinantes da desigualdade salarial entre homens e mulheres nos setores de alimentos, couro e calçados, vestuário, bens de capital e telemática, por meio da Decomposição de Oaxaca<sup>1</sup>. Os resultados indicaram que o principal

---

<sup>1</sup> A Decomposição de Oaxaca-Blinder é uma metodologia comumente utilizada na determinação de diferenças, especialmente de rendimento do trabalho. Através das médias de remuneração atribui-se qual parte da diferença de salário é explicada pelas características pessoais (produtivas ou não) da mão de obra e qual parte desse diferencial se deve à discriminação, tipicidades setoriais, regionais ou a outros fatores.

determinante do hiato salarial favorável às mulheres brancas deve-se à discriminação no mercado; enquanto para as mulheres negras, resulta de ambos os fatores, discriminação e defasagem de qualificação escolar e quanto aos homens negros, decorre da defasagem nos seus padrões de escolaridade.

Arbache e Negri (2002) estimaram equações salariais e seus determinantes, por meio de controle dos atributos dos trabalhadores e também das características das empresas, como o tamanho das plantas, nacionalidade do capital e acesso ao mercado internacional, para mensurar os diferenciais de salários intersetoriais no Brasil. Em conjunto tais fatores permitiram explicar uma parcela do hiato salarial, ou seja, os prêmios são parcialmente explicados por maiores níveis de produtividade causados por efeitos externos, porém, os autores sugerem que a parcela significativa que permaneceu sem explicação, advinda de fatores não observáveis, esteja relacionada a outros fatores, como particularidades dos setores.

Kon (2009) investiga as disparidades regionais do mercado de trabalho brasileiro segundo o gênero, através de indicadores de diferenças regionais quanto à ocupação, desemprego, anos de estudo e rendimentos médios para o período entre 1999 e 2006. Os resultados obtidos para a taxa de atividade regional foram similares nas macrorregiões do país, com destaque para a Região Sul que apresentou a maior divergência positiva entre os homens, logo o menor desvio negativo de participação entre as mulheres.

Em geral, houve uma tendência de convergência das taxas de atividade, em todas as regiões no período, quanto à participação por gênero. No que tange a análise regional do rendimento médio do trabalho, constatou-se uma situação de desvantagem para as mulheres em todas as regiões e período. Entretanto, as disparidades são ainda maiores entre as regiões, com vantagens consideráveis nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente, e desvantagens no Nordeste. Segundo a autora, aspectos econômicos decorrentes do processo de globalização, mudanças estruturais na economia nas últimas décadas, além da performance conjuntural e a característica heterogeneidade do país, em conjunto delineam o considerável diferencial (não apenas salarial) entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Os diferenciais de rendimento entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador foram estudados a partir da Decomposição de Oaxaca-

Blinder por Cirino (2008), que constatou rendimento/hora de trabalho mais elevado na região metropolitana de Belo Horizonte, para ambos os gêneros.

Estudo de Araujo e Ribeiro (2002) sobre diferenciais de rendimento com abordagem regional utilizou o Índice de Dissimilaridade de Duncan e o Índice de Dissimilaridade Padronizado Pelo Tamanho para, respectivamente, identificar o grau de diferenciação ocupacional e de segregação ocupacional entre homens e mulheres no ano de 1995. Os autores obtiveram evidências em todas as regiões brasileiras de que o diferencial observado decorria de diferenças salariais intra-ocupacionais. A Região Sul e Sudeste se destacaram com os maiores diferenciais e um aspecto positivo para as mulheres foi que apresentaram menor diferencial salarial, comparativamente aos homens.

Cacciamali e Batista (2009) analisaram a diferença salarial por gênero, segundo a condição de migração da população, nas macrorregiões brasileiras. Ao utilizar o Índice de Dissimilaridade de Duncan e Decomposição de Oaxaca mostram que a segregação por gênero é mais acentuada do que a decorrente da condição de migração e que esse diferencial permanece mais elevado nas macrorregiões do país, com exceção da Região Sudeste.

A decomposição do diferencial salarial por gênero e raça é pesquisada por Carvalho, Neri e Silva (2006), que estimaram equações de rendimento, com correção de viés de seleção de Heckman para então quantificar a diferença de salários via Decomposição de Oaxaca. Obtiveram a estimativa de que 30% do diferencial percebido entre os salários de homens e mulheres de cor branca se deve à discriminação no mercado de trabalho e entre as mulheres de cor preta ou parda, esse percentual é de 97%. O conceito de segmentação por gênero, aqui pertinente à concentração de trabalhadores em determinados setores ou ocupações, não deve ser confundido com a conotação de discriminação, embora se saiba e admita que parte dos efeitos desta segmentação decorre da discriminação em relação às funções cabíveis a cada gênero, determinada por valores sociais.

Uma complementação à análise dos diferenciais de gênero é realizada por Kon (2002). Ao classificar segundo a qualificação (a escolaridade como *proxy*) e categorias ocupacionais específicas, observou que as segmentações verificadas nos anos de 1989 e 1997, não apresentavam alterações consideráveis em relação ao primeiro ano analisado, o que confirma as constatações de que as transformações estruturais na composição ocupacional foram lentas, na década de

oitenta, embora a tendência de crescimento da participação das mulheres continuasse na totalidade das categorias de assalariados, com exceção das ocupações de qualificados de nível superior ocupados na produção industrial.

Utilizando o Modelo Lógite Multinomial para estimar equações de participação no mercado de trabalho e de rendimento, para o ano de 2005, Silva e Kassouf (2000) verificaram que na ausência de discriminação no mercado de trabalho formal o rendimento feminino aumentaria em aproximadamente 47% e atingiria valores 15% superiores ao rendimento auferido pelos homens.

Já nos anos 2000, o estreitamento dos diferenciais salariais por gênero e categoria de emprego, no período de 2002 a 2006, é mensurado por meio da Decomposição de Oaxaca-Blinder em pesquisa realizada por Cacciamali, Tatei e Rosalino (2009). Averiguou-se que houve redução do hiato salarial entre os grupos de homens e mulheres não brancos, comparativamente ao rendimento de homens brancos. No entanto, esse resultado não foi observado para as mulheres brancas e os diferenciais obtidos foram maiores na categoria de emprego formal da economia do que na informal.

Os determinantes do diferencial de salários entre o mercado de trabalho formal e informal no Brasil, entre 1981-2001, são estudados por Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004), que utilizaram pseudo-painéis para controlar dados por geração, tempo e escolaridade em características observáveis e não-observáveis dos indivíduos. Concluem que o diferencial salarial observado nas duas categorias ocupacionais decorre da melhor qualidade (educacional) da força de trabalho ocupada no setor formal, um indicador de que políticas de aumento salarial deveriam passar por melhora na qualificação dos trabalhadores e não apenas pela legislação vinculada ao mercado e suas regulamentações trabalhistas.

Estudo de Barros, Varandas e Pontes (1988), ao mensurar a distribuição de rendimentos segundo a categoria de emprego formal e informal no mercado de trabalho, concluem que o rendimento dos chefes de família assalariados que possuíam carteira de trabalho assinada e trabalhavam no setor privado das nove regiões metropolitanas brasileiras, auferiam um salário-hora 40% superior ao dos trabalhadores informais.

A despeito das diversas metodologias utilizadas, sabe-se que, além dos diferenciais de rendimento decorrentes de gênero/cor, da categoria de emprego e posição ocupacional, a literatura evidencia que especificidades setoriais e

espaciais também podem contribuir e interferir significativamente na determinação dos hiatos salariais. Tem sido observado em alguns setores que o fenômeno de segmentação por gênero tem raízes profundas na divisão sexual de trabalho, desde as sociedades mais antigas e a persistir nas modernas. Esta segregação ocorre entre firma, internamente às mesmas, e ainda entre setores e ocupações. À medida que a mulher tem aumentado sua participação na força de trabalho, esta ampliação tem se verificado tanto em ocupações tradicionalmente femininas, como também nas masculinas, seja em ocupações da produção direta de bens e serviços, nas administrativas ou atividades gerenciais (KON, 2002).

Em resumo, diante do debate teórico do capital humano e da hipótese da segmentação do mercado de trabalho, contemplada neste estudo, diversas são as possibilidades de abordagens de pesquisa no âmbito do trabalho feminino, dentre as quais ressalta-se a abordagem setorial. Não obstante a literatura econômica contemple uma relação estreita entre o crescimento da renda e a expansão do setor de serviços, são poucos os avanços obtidos no sentido de pesquisar especificidades e potencialidades intrínsecas deste setor. De forma que o ideal seria abordá-lo de maneira desagregada para compreender o papel representado pelas forças que atuam sobre seu crescimento e os diferenciais típicos do setor.

No âmbito do trabalho feminino, são evidenciados maiores diferenciais de rendimento das mulheres ocupadas no setor de serviços, além disso, verifica-se a maior taxa de participação das mulheres neste setor, o que é ressaltado pelo fato de que na Região Sul do Brasil 55% da participação feminina no Estado do Paraná ocorre no setor de serviços, em Santa Catarina esse percentual foi de 47,5% em 2009 e no Rio Grande do Sul 49,5% (IBGE, 2009). Portanto, uma parcela expressiva da força de trabalho feminina está inserida no setor de serviços da Região Sul, setor este que concentra os maiores rendimentos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de apresentar e discutir os resultados da pesquisa é preciso esclarecer as definições das variáveis utilizadas ao longo do estudo, bem como explicar os procedimentos metodológicos utilizados para avaliar a intensidade das diferenças na distribuição do rendimento do trabalho feminino entre os setores de atividade econômica, nos períodos distintos de tempo.

#### 3.1 BASE DE DADOS, COMPOSIÇÃO AMOSTRAL E RECORTE ESPACIAL

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativa aos anos de 2002, 2005 e 2009. O sistema de pesquisas domiciliares foi implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da PNAD e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Sua abrangência geográfica foi sendo gradativamente expandida, bem como as informações obtidas na pesquisa, sua realização é anual, feita por meio da aplicação de questionários em domicílios selecionados no mês de setembro de cada ano e somente interrompida nos anos em que há o Censo Demográfico. Investiga, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e ainda com periodicidade variável, características sobre migração, fecundidade, saúde, segurança alimentar, criminalidade, entre outros temas de interesse, de acordo com a necessidade de informações para o Brasil.

O procedimento metodológico adotado pelo IBGE determina que cada pessoa da amostra represente um número específico de pessoas da população e, portanto, os dados individuais são fornecidos com o fator de expansão de cada indivíduo, para que cada observação possa ser ponderada por seu respectivo peso e também expandida a termos populacionais. O levantamento das informações obtidas pela pesquisa tem sido um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O diferencial de rendimento entre as mulheres é analisado a partir de uma amostra construída com os microdados da PNAD para a Região Sul do Brasil. A amostra utilizada consiste em indivíduos economicamente ativos do gênero feminino, com rendimentos positivos, na zona urbana, cuja faixa etária está entre 16

anos e 60 anos; os indígenas foram excluídos da amostra, devido a pouca representatividade populacional.

Define-se a ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa, que possibilita a formação de grupos ocupacionais de acordo com a similaridade da ocupação, divulgado no Perfil do Trabalho Decente no Brasil (OIT, 2009). Nele considera-se como trabalho formal aquele realizado por trabalhadores com carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos; militares e funcionários públicos estatutários; empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social. Como trabalhador informal, considera-se os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os autônomos e empregadores que não contribuíam para a previdência social. Excluiu-se da amostra o trabalhador não remunerado, trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

Os grupamentos de atividades são classificados em quatro setores de atividade econômica, focando o mercado de trabalho feminino privado na Região Sul do Brasil. Considera-se a ocupação feminina no setor industrial, comércio, serviços e serviços domésticos, excluídas as atividades mal definidas, e também, devido à dinâmica própria que rege a administração pública e o setor agrícola da economia brasileira, as pessoas ocupadas nestes setores foram também excluídas da amostra (SOARES; GONZAGA, 1999).

Os grupamentos de atividade definidos pela PNAD foram agregados de forma que o setor industrial abrange outras atividades industriais, indústria de transformação e indústria da construção; o setor de serviços inclui alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, educação, saúde e serviços sociais privados, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e outras atividades, exceto serviços domésticos, que é analisado em grupo específico.

Quanto à cor da pele, há variáveis binárias para indivíduos brancos e não brancos (que inclui amarelos, negros e pardos). A classificação da raça ou cor dos indivíduos obtidos na realização da PNAD é obtida através da declaração da pessoa entrevistada na pesquisa, de acordo com a classificação determinada no plano de investigação da mesma. As faixas de escolaridade definem os indivíduos como os que possuem menos de 4 anos de estudo, de 5 a 8 anos de estudo, com 9 a 11 anos de estudo, e por fim, os indivíduos que possuem 12 anos ou mais de

estudo. O perfil etário divide-se em 5 faixas de idade de 16 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e , por fim, de 50 a 60 anos de idade.

O rendimento do trabalho, utilizado pelo IBGE é definido como a remuneração bruta mensal a que normalmente os empregados e trabalhadores domésticos teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência. No caso dos empregadores e trabalhadores autônomos, equivale à retirada mensal normalmente feita ou, quando variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência. Neste trabalho considera-se então a classe de rendimento mensal classificada pelo IBGE, isto é, até R\$ 510,00 equivale a um salário mínimo (1 S.M.); de R\$511,00 a R\$ 1.019,00 corresponde a entre 1 a 2 S.M.; de R\$1.020,00 a R\$2.249,00 representando de 2 a 5 S.M.; de R\$2.250,00 a R\$5.099,00 equivale a uma faixa de 5 a 10 S.M. e acima de R\$ 5.100,00 correspondente a mais de 10 S.M. O deflacionamento do rendimento do trabalho foi feito pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, de setembro de 2009, de forma a permitir analisar sua evolução ao longo dos anos considerados.

As variáveis previamente apresentadas são utilizadas para traçar o perfil das mulheres ocupadas no mercado de trabalho da Região Sul, que serviram de base para a elaboração das equações de seleção e de rendimentos. Portanto, traça-se um perfil do trabalho feminino, estima-se as equações mincerianas de rendimento, para então quantificar os diferenciais salariais por meio da decomposição de Oaxaca-Blinder no setor industrial, de comércio e de serviços domésticos comparativamente ao setor de serviços.

### 3.2 O MODELO ECONOMÉTRICO

A equação minceriana de determinação de salários é a base de uma enorme literatura em economia empírica e também o arcabouço utilizado para estimar retornos da educação, retornos da qualidade da educação, retornos da experiência, entre outros. Mincer (1974) estimou uma equação que determinaria os rendimentos dos indivíduos, a qual seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência, além de outros atributos, produtivos ou não. O autor integrou a teoria do investimento em capital humano em um contexto empírico compatível com a teoria econômica. Desde então, essa “função salário do

capital humano”, popularmente conhecida como equação minceriana, tem sido amplamente utilizada em estudos do mercado de trabalho, também para analisar a relação entre crescimento e nível de escolaridade de uma sociedade, além de efeitos sobre a desigualdade de rendimentos.

A abordagem econométrica utilizada neste estudo consiste em um modelo probabilístico, fundamentado pela teoria do capital humano e pela equação de rendimentos de Mincer, a ser estimada para cada setor de atividade econômica. No entanto, antes de se estimar as equações de rendimento, é necessário selecionar no mercado de trabalho as mulheres efetivamente ocupadas nos respectivos setores. Desse modo, são estimadas as equações de seleção para os quatro setores em análise, por meio de um modelo probabilístico em que a variável dependente da equação assume valor 0 se a mulher não trabalhou no período de referência e valor 1 se trabalhou.

Neste estudo, as equações de seleção são realizadas a partir da metodologia do Modelo de Seleção Amostral de Heckman (1979), pois é amplamente sabido que o método de Heckman produz estimadores eficientes.

Também chamado de Procedimento de Heckman, tem o intuito de corrigir o viés de seletividade amostral nas equações salariais que decorrem do fato de que na equação de rendimento são abrangidas apenas as pessoas com rendimento positivo, isto é, na amostra são observados somente os indivíduos ocupados. O autor propôs contornar esse viés por meio do modelo *probit*, para observar a probabilidade de uma pessoa participar no mercado de trabalho, entre todas as demais, ou seja, considera as probabilidades dentro de uma população não apenas de ocupados, mas também de desempregadas, corrigindo esse viés intrínseco à amostra, nos modelos probabilísticos usuais.

O procedimento de correção da seletividade amostral de Heckman (1979) assume que  $L^*$  seja a variável representante da participação da força de trabalho feminina. Desse modo tem-se:

$$L_i^* = \beta Z_i + u_i \quad (1)$$

Em que  $Z_i$  é o vetor das variáveis que determinam a participação no mercado de trabalho. Neste estudo,  $Z_i$  corresponde às variáveis que implicariam na

decisão de participar do mercado de trabalho, estimadas para os quatro setores nos anos de 2002, 2005 e 2009. A primeira variável é a idade e o termo quadrático da idade ( $idade^2$ ), pois a literatura indica que a produtividade do trabalho tende a aumentar a taxas decrescentes à medida em que a idade aumenta; a variável cor da pele é inserida por um binária para representar as mulheres não-brancas; a escolaridade é um fator imprescindível para a participação no mercado de trabalho, foi inserida no modelo por meio de três variáveis binárias de acordo com as faixas de escolaridade (omitiu-se do modelo as variáveis binárias indicativas de escolaridade inferior a 4 anos de estudo).

Quanto à condição na unidade familiar, incluiu-se no modelo a variável binária se a mulher for cônjuge; variável binária representando a condição na família se a mulher for chefe da família, devido à hipótese de que chefes de família tem maior participação no mercado de trabalho e, por fim, uma binária indicativa da presença de filhos.

Espera-se que a idade tenha uma relação positiva quanto à participação da mulher no mercado de trabalho. Devido à queda de produtividade ligada ao avanço de idade, espera-se que a variável  $idade^2$  tenha uma relação negativa com a seleção para o trabalho; quanto à cor não branca, o que se observa na literatura é uma relação negativa quanto à seleção para o mercado de trabalho enquanto a escolaridade e a condição de chefe de família devem influenciar positivamente na probabilidade de participação. A condição de cônjuge na unidade familiar deve apresentar uma relação negativa no que tange a seleção para o mercado de trabalho, e por fim, a presença de filhos pode ter uma relação ambígua, pois pode tanto compelir a mulher à inserir-se no mundo do trabalho devido à necessidade financeira ligada ao sustento do filho, como pode incentivá-la a ausentar-se do mesmo, devido o cuidado dispensado ao(s) filho(s).

Explanadas as variáveis utilizadas na equação de seleção, sabe-se que a variável  $L^*$  não é observável, porém  $L$  pode ser estimado, de forma que:

$$L_i = 1 \quad \text{se} \quad L_i^* > 0 ,$$

$$L_i = 0 \quad \text{se} \quad L_i^* \leq 0$$

Definidas as participações das mulheres no mercado de trabalho,

pode-se estimar os salários a serem auferidos, o que será dado por:

$$W_i = \delta X_i + v_i \quad (2)$$

Em que  $X_i$  é o vetor das variáveis determinantes do salário. É possível observar  $W$  apenas quando  $L^*$  é maior que zero. Assume-se ainda que  $u_i$  e  $v_i$  possuem uma distribuição bivariada normal, cuja média é zero, desvios padrão  $\sigma_u$  e  $\sigma_v$  e correlação  $\rho$ , de forma que:

$$\begin{aligned} E(W_i | W_i \text{ observado}) &= E(W_i | L_i^* > 0) = E(W_i | u_i > -\beta Z_i) \\ &= \delta X_i + E(v_i | u_i > -\beta Z_i) \\ &= \delta X_i + \rho \sigma_v \lambda_i(\alpha_u) \end{aligned}$$

Ao rearranjá-la, tem-se a variável de correção do viés de seleção amostral, denominada por Heckman como função inversa de Mills, que é dada pela equação (3):

$$\lambda_i(\alpha_u) = \frac{\phi\left(\frac{\beta Z_i}{\sigma_u}\right)}{\Phi\left(\frac{\beta Z_i}{\sigma_u}\right)} \quad (3)$$

Na qual, o  $\phi$  representa a função de densidade de probabilidade e  $\Phi$  a função distribuição cumulativa para uma distribuição normal.

Heckman (1979) afirma que, ao adicionar o inverso da razão de Mills na equação de rendimentos, são obtidos estimadores consistentes e sem viés de seletividade amostral, isto é:  $W_i | L^* > 0 = \delta X_i + \delta_\lambda \lambda(\alpha_u) + \varepsilon_i$ . Desse modo, ao se considerar explicitamente a decisão do indivíduo participar da amostra através da equação de seleção e incluir a razão inversa de Mills ( $\lambda$ ) na equação de rendimentos, as estimativas dos parâmetros obtidos são consistentes. Sua hipótese é confirmada por Kassouf (1994), que compara os parâmetros das equações de

rendimento estimadas pelo método tradicional e pelo procedimento de Heckman e obtém evidência clara de que o primeiro método (obtido pelos mínimos quadrados ordinários) apresenta estimadores tendenciosos, porém após a correção do viés de seletividade amostral, passam a ser eficientes e não viesados. Portanto, a partir da inclusão da função inversa de Mills, obtida pelo Modelo de Seleção Amostral de Heckman (1979), são obtidas estimativas eficientes para as equações de rendimento das mulheres nos setores analisados.

As equações de rendimento, a serem estimadas para as mulheres ocupadas nos setores de serviços, comércio, indústria e de serviços domésticos, têm como variável dependente o logaritmo da razão entre o salário e a jornada de trabalho (salário/hora) e serão utilizadas para mensurar os diferenciais de salários nos setores de atividade. Pode ser apresentada na forma matricial, conforme a equação 4:

$$\ln W = X' \beta + v \quad (4)$$

Trata-se de um modelo *semilog*, em que  $W$  representa o salário mensal médio recebido pela mulher por hora de trabalho, logo, o  $\ln W$  corresponde ao logaritmo natural da razão entre o salário e a jornada de trabalho nos respectivos setores,  $\beta$  são os coeficientes a serem estimados e  $X$  corresponde às variáveis explicativas do modelo, atributos pessoais produtivos ou não, mas que definiriam o rendimento da mulher inserida no mercado de trabalho. Tais variáveis são a escolaridade, dada pelas faixas de escolaridade anteriormente descritas, inseridas no modelo por meio de variáveis binárias; a experiência é usualmente apresentada como variável ligada ao rendimento obtido no mercado de trabalho, portanto é inserida no modelo por meio da utilização de uma variável *proxy*, dada pela idade do indivíduo menos a idade em que começou a trabalhar; inclui-se também o termo quadrático da experiência ( $\text{experiência}^2$ ), uma vez que a relação entre rendimentos e experiência não é linear, mas parabólica, cujo pico é próximo à idade média do indivíduo e cuja relação com o rendimento varia a uma taxa decrescente; a cor da pele da mulher é inserida no modelo por meio de variável binária para mulheres não-brancas; a variável idade é inserida no modelo bem como o termo quadrático da idade ( $\text{idade}^2$ ), o qual indica que produtividade do trabalho tende a aumentar a taxas

decrecentes relativamente à idade; a categoria de emprego formal tende a interferir no montante salarial, portanto está inserida no modelo como variável binária se houver vínculo empregatício na categoria formal de trabalho; inclui-se ainda na equação de rendimentos a razão inversa de Mills, representada pela variável *lambda*. Se o coeficiente dessa variável for estatisticamente significativo há um indicativo que a sua inclusão no modelo é necessária para corrigir o viés de seletividade da informação do salário. Por fim, o  $v$  representa o termo de erro estocástico do modelo.

Espera-se que as variáveis binárias que representam a escolaridade tenham uma relação positiva quanto aos rendimentos recebidos do trabalho feminino, isto é, apresentem coeficientes positivos, assim como a experiência, que tende a fazer com que os ganhos salariais sejam maiores devido ao aumento da produtividade ligado à experiência. No entanto, como essa variável apresenta uma taxa decrescente ao longo do tempo, espera-se que o termo quadrático da experiência apresente coeficientes negativos. A cor não branca, segundo a literatura, tende a uma relação negativa com os rendimentos obtidos. Por fim, espera-se que uma relação positiva da regulação formal no mercado de trabalho em relação aos rendimentos obtidos pelas mulheres na Região Sul do Brasil, nos anos observados ao longo da década de 2000.

Após a devida estimação das equações de rendimento, são mensurados os diferenciais de rendimentos femininos entre os setores de atividade econômica, com a aplicação da decomposição de Oaxaca-Blinder (1973). O modelo supõe que se não houver discriminação, os efeitos das características específicas dos indivíduos sobre os salários serão idênticos para cada grupo considerado, de forma que a diferenciação é notada através de diferenças nos coeficientes estimados das equações de rendimento mincerianas previamente descritas, tal como a equação 4. A partir das equações de rendimento são obtidos os valores médios do logaritmo da razão entre o salário e a jornada de trabalho (salário/hora) de cada setor, comparativamente ao valor médio do logaritmo salarial no setor de serviços, tido como em vantagem, como apresentado na equação 5.

$$\overline{\ln W} = X' \beta + v \quad (5)$$

Portanto, a partir das equações de rendimento obtidas, calcula-se os valores médios para o logaritmo do salário/hora na indústria, comércio e serviços domésticos, em relação àqueles observados no setor de serviços, tido como grupo base, devido os maiores rendimentos obtidos neste setor. A diferença do ln do rendimento médio das mulheres nos diferentes setores de atividade econômica, em relação àquelas ocupadas no setor de serviços pode ser expressa como a diferença da estimação no ponto médio das variáveis explicativas de cada grupo, conforme apresentado na equação 6, em que  $E(\beta_i) = \beta_i$  e  $E(v_i) = 0$ , por hipótese, cujo índice  $i$  representa o grupo de trabalhadoras em cada setor,

$$D = E(\ln W_i) - E(\ln W_j) = E(X_i' \beta_i + v) - E(X_j' \beta_j + v) = E(X_i)' \beta_i - E(X_j)' \beta_j \quad (6)$$

Conforme proposto por Jann (2008), a equação 6 pode ser rearranjada de forma a identificar separadamente a contribuição da diferença na média dos regressores e a diferença dos coeficientes  $\beta_i$ , da seguinte forma:

$$D = [E(X_i) - E(X_j)]' \beta_j + E(X_i)' (\beta_i - \beta_j) + [E(X_i) - E(X_j)]' (\beta_i - \beta_j) \quad (7)$$

A equação 7 é denominada por Jann (2008) como “*three-fold decomposition*”, pois divide o diferencial total dos rendimentos em três componentes, em que  $\beta_j$  representa os coeficientes relativos ao setor privilegiado, de serviços, enquanto os demais subscritos  $i$  representarão respectivamente os setores de serviços domésticos, indústria e comércio. Pode-se apresentar a equação 7 de forma sintetizada como  $D = E + C + I$ , correspondente às equações 8, 9 e 10, que apresentam separadamente os três efeitos da decomposição.

O primeiro efeito é dado por  $E$ , e corresponde ao efeito explicado, também chamado de *endowment effect*, obtido com a diferenciação das médias dos atributos pessoais e forma de inserção das trabalhadoras ocupadas no setor que está sendo comparado ao setor em vantagem. É representado pelo primeiro termo à direita da equação de decomposição, ou seja:

$$E = [E(X_i) - E(X_j)]' \beta_j \quad (8)$$

O segundo efeito é o não explicado pelos dos atributos pessoais e pela forma de inserção das trabalhadoras e também capta os potenciais efeitos das variáveis não observadas nas equações de rendimento, isto porque, mede a contribuição das assimetrias nos coeficientes sob o rendimento, inclusive as diferenças nos interceptos, também chamado de *coefficient effect*. Este efeito é representado pelo termo  $C$  da decomposição, dado por:

$$C = E(X_i)'(\beta_i - \beta_j) \quad (9)$$

Por fim, o terceiro componente mede a interação entre os efeitos explicados e não explicados, ou seja, é um termo que contabiliza a interação dada pelo fato de que as diferenças de atributos e dos coeficientes podem simultaneamente coexistir entre os dois grupos, também chamado de *interaction effect*. Este efeito é dado pelo termo  $I$  da decomposição dos rendimentos, isto é:

$$I = [E(X_i) - E(X_j)]'(\beta_i - \beta_j) \quad (10)$$

Embora a maioria das aplicações desse método concentre-se em estudos sobre discriminação, Jann (2008) destaca que o tradicional método de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973), pode ser utilizado para analisar diferenças entre grupos para qualquer variável. Trata-se de uma metodologia clássica, no Brasil e outros países, utilizada para mensurar distintas formas de diferenciação em estudos sobre o mercado de trabalho. Ressalta-se que a estimação dos modelos paramétricos é feita através do Método de Máxima Pseudo-Verossimilhança (MPV), pois é o procedimento adequado ao se utilizar dados amostrais complexos como os da PNAD.

A Decomposição apresentada é uma metodologia amplamente difundida em estudos da economia do trabalho relativos a diferenças e foi utilizada por Campante, Crespo e Leite (2004), Cacciamali e Batista (2009), Carvalho, Neri e Silva (2006), Machado, Oliveira e Antigo (2009), Cacciamali, Tatei e Rosalino (2009), Cirino (2008) e Becker (2008). Estes são alguns exemplos de estudos que utilizaram o método de Decomposição desenvolvido por Oaxaca-Blinder (1973), cuja metodologia é recorrente no Brasil e também no restante do mundo.

#### **4 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO FEMININO: UMA ABORDAGEM REGIONAL E SETORIAL**

Este capítulo tem por objetivo analisar o diferencial de rendimento das mulheres ocupadas na Região Sul do país, nos anos de 2002, 2005 e 2009. Para tanto traçou-se o perfil da amostra de mulheres inseridas neste mercado de trabalho, nos respectivos anos, segundo as características pessoais (escolaridade, idade e cor), categoria ocupacional e rendimento do trabalho; a seguir são apresentados os resultados das equações de seleção e de rendimento e, por fim, tem-se os resultados e discussões da decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho feminino no setor de serviços, comparativamente aos setores da indústria, comércio e serviços domésticos.

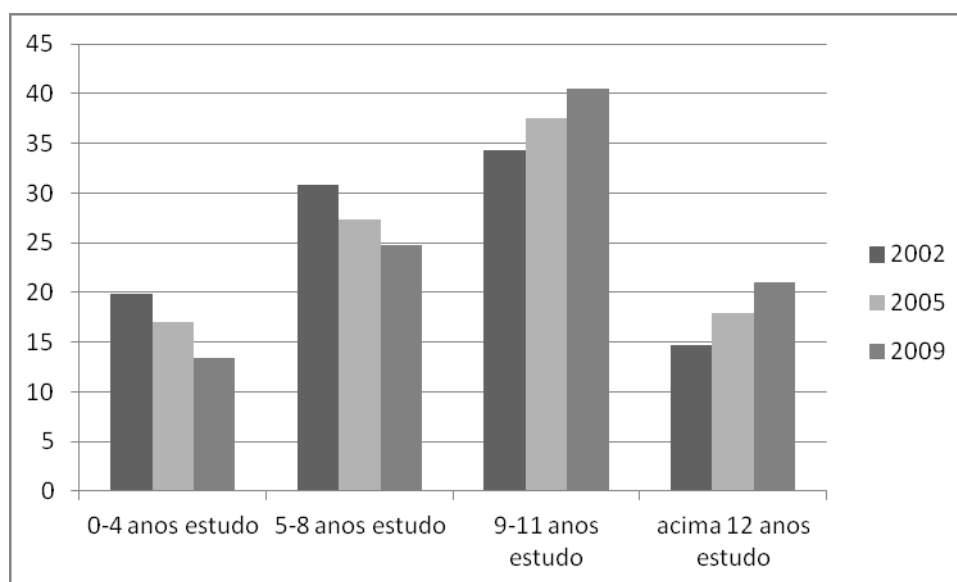
##### **4.1 PERFIL DAS MULHERES OCUPADAS NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

A partir dos dados da PNAD, sabe-se que a população feminina compõe quase 45% da amostra observada no Sul do país. Embora o foco desta pesquisa seja a parcela feminina ocupada no mercado de trabalho da Região Sul, algumas considerações sobre gênero são relevantes. Em conformidade com as pesquisas relativas a diferenciais de gênero, também na Região Sul as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Em 2009, a proporção de pessoas com escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo era menor entre as mulheres, o que representou 6,11% na amostra feminina e 10,8% entre os homens. Além disso, o percentual de mulheres com escolaridade correspondente ao ensino médio e/ou ensino superior é de 64,67%, já no caso dos homens, esse percentual é de 52,86%, de forma que se observa um indicativo da ocorrência de diferenciais de gênero relativos à educação favoráveis à mulher também na Região Sul.

Desse modo, um aspecto positivo observado no Gráfico 1 refere-se à escolaridade feminina na Região Sul, pois nesse quesito, há maior proporção feminina na amostra cuja escolaridade é mais elevada. Foram observadas 10.291 mulheres no ano de 2002, 10.921 em 2005 e 11.285 no ano de 2009 com faixa etária entre 16 a 60 anos de idade. Dessa amostragem, há menor representatividade na faixa de escolaridade de 0 a 4 anos de estudo, além disso, nessa faixa houve uma redução no percentual de participação ao longo da série.

Verificou-se também situação parecida entre a faixa de escolaridade de 5 a 8 anos de estudos, pois houve uma redução na proporção de mulheres que possuíam tal nível de escolaridade entre 2002 e 2009.

**Gráfico 1** – Distribuição percentual da amostra feminina na Região Sul, por faixa de escolaridade – 2002, 2005 e 2009



**Fonte:** Resultados da pesquisa

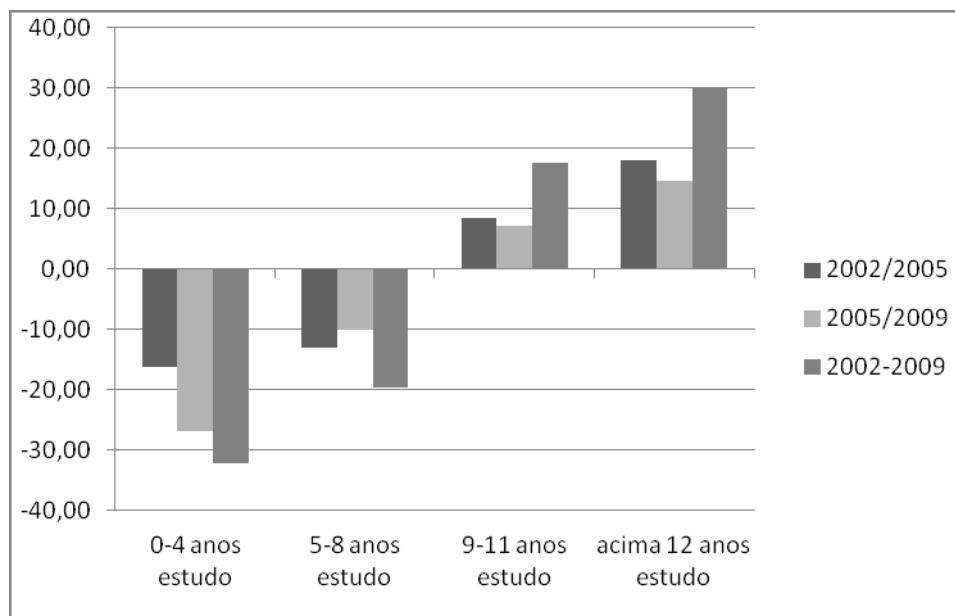
A maior concentração da amostra feminina ocorre na faixa de escolaridade entre 9 a 11 anos de estudo. Em 2009, a proporção de mulheres que possuíam de 9 a 11 anos de estudos era de 40% e as que tinham 12 anos ou mais de estudo representavam 21% da amostra feminina na Região Sul do Brasil.

Além de haver menor proporção de mulheres ocupadas com menor escolaridade na Região Sul, esse percentual apresentou uma redução considerável no período. Para mostrar a taxa de variação da escolaridade feminina ao longo da série analisada, a mesma foi dividida em três subperíodos, respectivamente correspondentes a 2002-2005, 2005-2009 e 2002-2009.

Como pode-se observar no Gráfico 2, a taxa de variação na proporção de mulheres cuja faixa de escolaridade estava entre 0 a 4 anos foi de 17 % entre 2002-2005, no segundo subperíodo a variação percentual da proporção de mulheres cuja escolaridade era inferior à 4 anos foi negativa em 27%. Ao considerar o período todo de 2002-2009, a taxa de variação nessa faixa de escolaridade foi de quase 32 %, o que é extremamente positivo para a Região Sul, uma vez que a escolaridade é uma variável importante, não apenas para o mercado de trabalho,

mas para o aumento da qualidade de vida em sentido amplo.

**Gráfico 2** – Taxa de variação das faixas de escolaridade da amostra feminina da Região Sul, nos subperíodos de 2002/2005, de 2005/2009 e entre 2002-2009



Fonte: Resultados da pesquisa

Situação análoga ocorreu entre as mulheres cuja faixa de escolaridade era de 5 a 8 anos de estudo, porém de forma menos expressiva. A taxa de variação foi também negativa, indicou uma queda na proporção de mulheres com escolaridade inferior ao ensino médio foi em torno de 12% entre 2002-2005. No segundo subperíodo essa variação negativa em 9% enquanto no período total analisado de 2002-2009 a variação na proporção de mulheres entre 5 a 8 anos de estudo foi negativa em 20%. Dessa forma, ao longo da década, pode-se identificar que em ambos os casos, trata-se de um fator muito positivo pois indica uma redução significativa e persistente da proporção de mulheres menos escolarizadas na Região Sul do Brasil.

Outro aspecto positivo importante é que além da redução nas faixas inferiores de escolaridade, houve um movimento contrário, de aumento significativo na proporção de mulheres nas faixas de escolaridade superiores. No Gráfico 2 a taxa de crescimento na proporção das faixas entre 9 e 11 anos de estudo e, principalmente, acima de 12 anos de estudo, na amostra feminina observada. Essa última foi a faixa que apresentou a maior variação percentual, representou um total de 30% entre 2002-2009. Pode-se considerar, portanto, um aspecto positivo no que

tange a escolaridade da mão de obra feminina na Região Sul, pois ao longo dos anos 2000 tem diminuído a proporção das mulheres nas faixas inferiores de escolaridade, enquanto simultaneamente, cresceu a proporção de mulheres mais escolarizadas.

Na abordagem setorial, apresenta-se no Apêndice A um detalhamento do percentual de ocupação feminina por faixas de escolaridade e sua evolução ao longo da série. Observou-se uma redução na proporção de mulheres ocupadas no setor de serviços com escolaridade entre 0 a 4 anos de estudo, totalizando no período de 2002-2009 uma variação percentual negativa de 45%.

A participação de mulheres com escolaridade correspondente ao ensino fundamental também diminuiu entre 2002-2009, enquanto a participação daquelas com escolaridade entre 9 e 11 anos manteve-se estável e a variação percentual na proporção de mulheres com ensino superior aumentou em aproximadamente 35% no período. Em 2009, 31% das mulheres inseridas no setor de serviços possuía 12 anos ou mais de escolaridade.

No setor industrial, o perfil de escolaridade feminina teve um aumento na proporção de mulheres nas duas faixas superiores de escolaridade e redução nas duas faixas inferiores, sendo que a variação percentual na participação de mulheres com 0 a 4 anos de estudo foi negativa em 36% e em 24% entre as que possuíam de 5 a 8 anos de estudo no período de 2002-2009. A variação percentual na participação feminina nas duas faixas superiores de escolaridade foi de aproximadamente 45%, o que mostra um claro perfil de melhora na mão de obra feminina inserida no setor industrial no quesito escolaridade.

Esta tendência se manteve no setor de comércio, porém com uma redução maior na participação de mulheres menos escolarizadas enquanto o aumento na proporção das mais escolarizadas foi menos expressivo. A variação percentual da participação de mulheres com 0 a 4 anos de estudo foi de 40% entre 2002-2009 e de 29% para aquelas que possuíam de 5 a 8 anos de estudo. O perfil etário no setor de comércio apresentou ainda um aumento de 19% na proporção das que possuíam ensino médio e de 35% de mulheres que possuíam ensino superior.

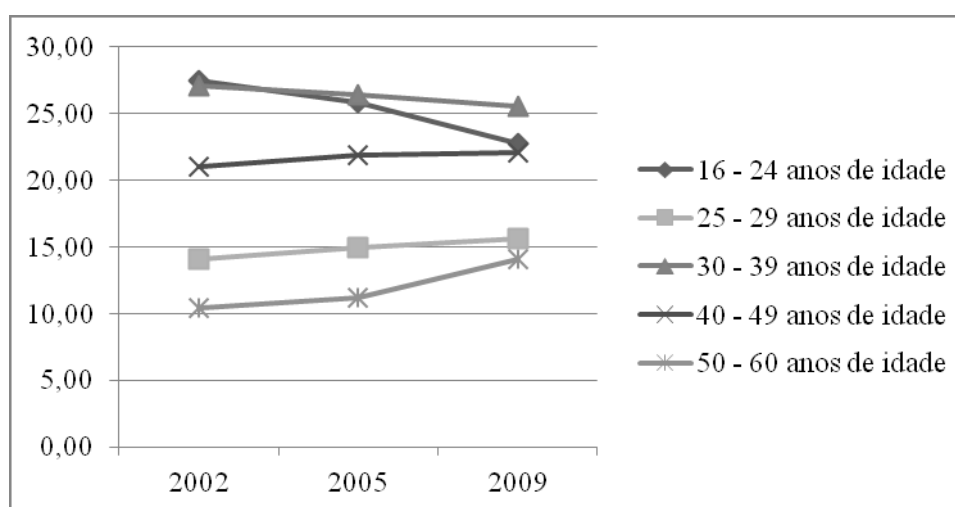
No setor de serviços domésticos a variação mais significativa foi o aumento na proporção de mulheres com 9 a 11 anos de estudo, que foi de 50%, embora a participação de mulheres nas faixas mais elevadas de escolaridade sejam

menos expressivas. Entre as que possuíam de 0 a 4 anos de estudo, a variação percentual na participação foi negativa em 26% entre 2002-2009.

Outro aspecto a ser considerado trata-se da faixa etária das mulheres amostradas na Região Sul. A faixa etária é uma variável importante na determinação da amostra feminina que participa do mercado de trabalho, pois está ligada ao seu ciclo de vida e também aos outros fatores relevantes como a decisão de ter filhos ou de permanecer mais tempo na escola antes de inserir-se no mercado de trabalho.

Nesse quesito, pode-se observar no Gráfico 3 a composição da amostra feminina na Região Sul segundo as faixas etárias. Em 2002 a participação feminina no mercado de trabalho, entre 16 e 24 anos e de 30 a 39 anos, representavam 54% do total de mulheres, embora sejam as faixas etária mais representativas, em 2009 essa proporção caiu para 50%. A presença feminina ocupada na Região Sul que tinha entre 25 e 29 anos, manteve-se estável entre 2002-2009, representava 14% no primeiro ano e 15% no final da série. Situação análoga se verifica entre as mulheres de 40 a 49 anos, que em 2009 eram 21% da força de trabalho feminina e em 2009 representavam 22%. Um destaque se dá entre o aumento na proporção da participação de mulheres entre 50 e 60 anos no mercado de trabalho, que foi de 10,4% para 14% entre 2002-2009, indicando um envelhecimento da população.

**Gráfico 3** – Distribuição percentual da amostra feminina na Região Sul, por faixa etária – 2002, 2005 e 2009



Fonte: Resultados da pesquisa

Os dados podem indicar uma tendência de alteração na composição da força de trabalho feminino, que primeiro se retiram do mercado para a qualificação de nível superior (indicado pela redução na ocupação das mulheres entre 16 a 24 anos) e posteriormente, entre 30 a 39 anos quando novamente há uma retração na ocupação, usualmente decorrente da maternidade e cuidado dos filhos. Infere-se portanto, que apesar de a faixa entre 30 a 39 anos ter um nível alto de representatividade, há uma tendência de redução na participação feminina no trabalho nessa idade, possivelmente devido à maternidade.

Ao longo do período houve uma tendência de queda na composição da amostra entre 16 e 24 anos e também na faixa entre 30 e 39 anos. Movimento contrário foi observado na proporção de mulheres entre 25 e 29 anos, 40 e 49 anos e entre 50 e 60 anos, que apresentaram crescimento ao longo da série, com destaque para as faixa etária entre 50 e 60 anos, que teve a maior taxa de variação.

Entre 2002-2009 a composição da amostra feminina na Região Sul na faixa etária entre 16 a 24 anos de idade apresentou uma variação negativa de 17% entre 2002-2009, e a participação das mulheres entre 30 e 39 anos, cuja representatividade foi a maior ao longo da série, apresentou taxa de variação negativa em 5% no período. A participação das mulheres com faixas etárias mais elevadas, com idade entre 40 e 49 anos e entre 50 e 60 anos houve considerável aumento, com destaque para a clara tendência de aumento na proporção das mulheres com idade acima de 50 anos, cuja taxa de variação foi de 35% no período de 2002-2009 para a amostra feminina na Região Sul.

As variações na composição etária das mulheres amostradas podem estar relacionada ao aumento da expectativa de vida feminina e influenciam a oferta de mão de obra feminina, conforme abordado nos estudos empíricos sobre o trabalho feminino, os quais apontam para uma mudança no perfil das trabalhadoras inseridas no mercado de trabalho.

Quanto à ocupação nos setores de atividade econômica, o Apêndice B apresenta a evolução da participação das mulheres segundo as faixas etárias. Destaca-se que o aumento significativo da presença de mulheres acima de 50 anos evidenciou-se no setor de serviços e de comércio, ambos passaram de 1% de representatividade feminina de faixa etária entre 50 a 60 anos para 12% entre 2002-2009. Outro ponto é que a redução na participação feminina entre 30 a 39 anos foi observada nos serviços, serviços domésticos e no comércio, porém não na indústria,

setor que ao contrário dos demais, apresentou uma variação percentual de 3% na participação de mulheres nessa faixa etária.

A redução na ocupação das mulheres de 16 a 24 anos foi observada em todos os setores, com destaque para o setor de serviços domésticos e na indústria, que apresentaram os maiores percentuais de variação, correspondendo a 44% e 27% respectivamente, considerando o período de 2002-2009. No setor de serviços a variação percentual na proporção de mulheres ocupadas nessa faixa etária foi negativa em 10% e no setor de comércio a situação foi similar, porém representou 6%.

A literatura apresenta possíveis explicações para a modificação na faixa etária das mulheres inseridas no mercado de trabalho, uma vez que estão iniciando a carreira profissional mais tarde do que nas décadas passadas. O principal motivo apresentado seria maior permanência feminina na escola, o que se justifica pelo crescimento no ensino superior (para ambos os sexos, mas principalmente para as mulheres) e o adiamento do início da fase laboral. Associado a isso há também políticas públicas de incentivo ao ensino superior, restrições ao trabalho de pessoas menores de idade e aumento da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quanto à categoria de emprego, o trabalho formal é maior entre mulheres no Sul do país em relação ao restante do país, apresentou ainda um aumento progressivo na formalidade no mercado de trabalho, de tal forma que, em média 57% das mulheres possuíam empregos formais em 2002, em 2005 essa proporção era de 60% e em 2009 chegou a 63%.

Segundo o IBGE (2009), a média nacional de pessoas ocupadas na categoria de trabalho formal foi de 52% em 2009, portanto, pode-se considerar uma situação positiva para o mercado de trabalho feminino na Região Sul, já que o percentual de mulheres que possuem carteira de trabalho assinada e acesso aos benefícios sociais garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é maior nessa região.

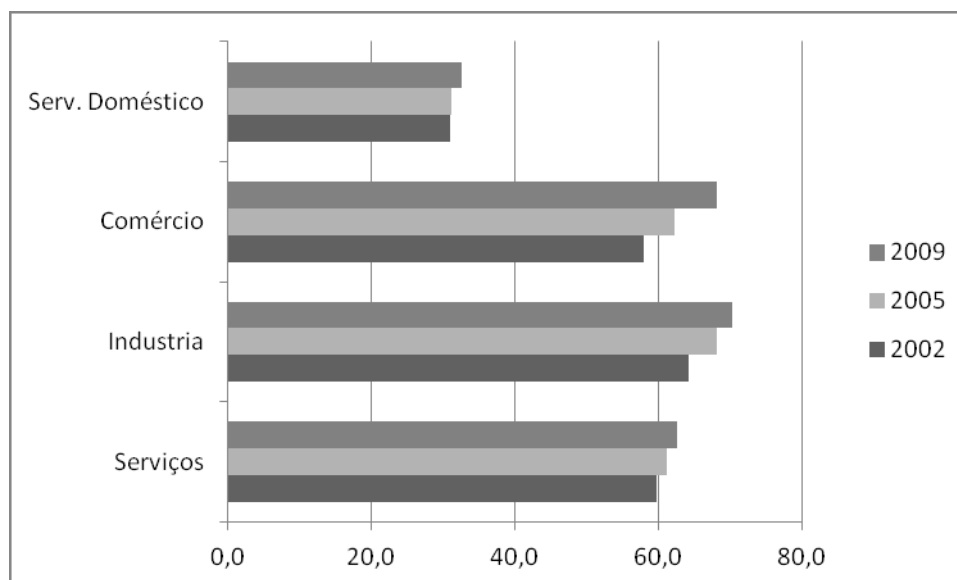
A proporção da categoria de emprego formal de acordo com os setores de atividade econômica são apresentados no Gráfico 4. Observa-se que o setor mais formalizado é o industrial e o menos formalizado é o setor de serviços domésticos, no entanto, todos os setores apresentaram aumento da categoria de emprego formal ao longo da série. Ressalta-se que entre 2002-2009 o setor de

comércio foi o que apresentou a maior taxa de crescimento positiva, que passou de 57% de ocupação formal em 2002 para 68% em 2009, representando uma variação percentual de 19%.

A despeito desse crescimento, o maior nível de formalização continua sendo evidenciado na indústria, que correspondia a 64% das mulheres ocupadas nesse setor em 2002 e chegou a 70% em 2009, totalizando uma variação percentual de 9% no período. No setor de serviços e de serviços domésticos a proporção de mulheres ocupadas nesses setores, na categoria formal, teve uma taxa de variação positiva em 5% ao longo da série.

Segundo a literatura, o grau de formalidade no setor é um importante fator a ser considerado no estudo dos diferenciais de rendimento uma vez que a categoria de emprego formal apresenta uma alta correlação com rendimentos mais elevados, logo, há um indicativo de que as características do setor tendem a interferir na parcela de rendimento auferidos pelas trabalhadoras.

**Gráfico 4** – Distribuição percentual feminina na Região Sul, segundo a categoria de emprego formal por setor - 2002, 2005 e 2009



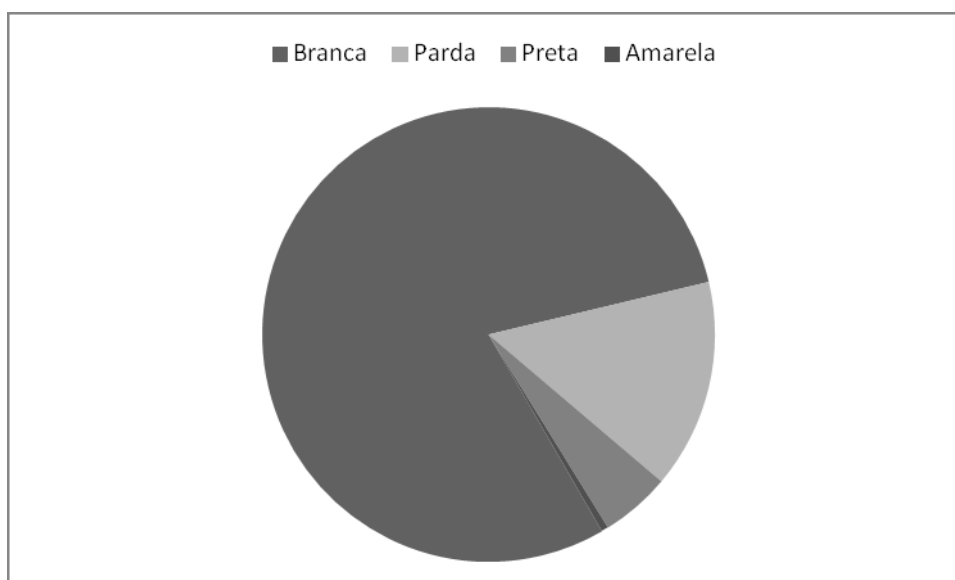
**Fonte:** Resultados da pesquisa

Uma característica importante na população feminina da Região Sul é a presença de uma grande maioria branca. Fatores como a imigração e colonização europeia, são apontados como herança responsável pelo fato de a região apresentar maior concentração de pessoas da cor branca quando comparados ao restante do Brasil. Na amostra feminina considerada para a Região

Sul, essa proporção é de pouco mais de 79% enquanto no restante do Brasil representa 47%. A classificação da cor da pele dos indivíduos obtidos na realização da PNAD é obtida através da declaração da pessoa entrevistada na pesquisa, de acordo com a classificação determinada no plano de investigação da mesma.

No Gráfico 5 tem-se a distribuição percentual da amostra de mulheres entre 16 e 60 anos, segundo a cor da pele definida pela PNAD, para o ano de 2009 na Região Sul do Brasil. É evidente o predomínio de mulheres brancas, que representam 80% da amostra considerada, 15% delas são pardas e representam o segundo grupo mais representativo, 5% da amostra feminina é negra e menos de 0,5% é amarela.

**Gráfico 5** – Distribuição percentual da amostra feminina da Região Sul, por cor em 2009.



**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Na Tabela 1 são apresentados os percentuais de participação das mulheres ocupadas na Região Sul, conforme o setor de atividade econômica e a cor da pele. A tendência geral observada foi de aumento na participação das mulheres negras e pardas na força de trabalho da Região Sul. Em 2002, o setor que possuía a maior participação de mulheres brancas era observado no comércio, porém ao longo da série este setor apresentou um crescimento na proporção de mulheres não brancas inseridas no mesmo. Desse modo, passou de 89% composto por mão de obra feminina branca para 83% em 2009, representando uma variação percentual positiva de 55% na ocupação de mulheres negras e pardas no comércio.

A participação delas também aumentou a taxas significativas no setor de serviços e na indústria, sendo respectivamente de 27% e 34% entre 2002-2009, no entanto, devido o aumento no setor de comércio ter sido muito superior, no último ano da série a distribuição da ocupação feminina na Região Sul nos serviços, indústria e comércio apresentaram uma proporção similar considerando-se a caracterização pessoal da cor da pele.

Em destaque está o setor de serviços domésticos, que é notadamente o setor com a maior proporção de ocupadas que são negras e/ou pardas. Embora neste setor se evidencie aumento da participação de mulheres não brancas, foi menor que nos demais setores, variou positivamente em 16% e continuou sendo um setor que é representado majoritariamente pelas mulheres negras e pardas.

**Tabela 1** – Distribuição percentual da amostra feminina ocupada na Região Sul, por cor e setores de atividade – 2002, 2005 e 2009.

Setores	2002		2005		2009	
	Branças	Não brancas	Branças	Não brancas	Branças	Não brancas
Serviços	87,74	14,89	82,84	17,16	81,09	18,91
Indústria	86,93	13,07	85,99	14,01	82,49	17,51
Comércio	88,82	11,18	85,68	14,32	82,63	17,37
S. Doméstico	71,79	28,21	68,18	31,82	67,12	32,88
<b>Total</b>	<b>10.291</b>		<b>10.921</b>		<b>11.285</b>	

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

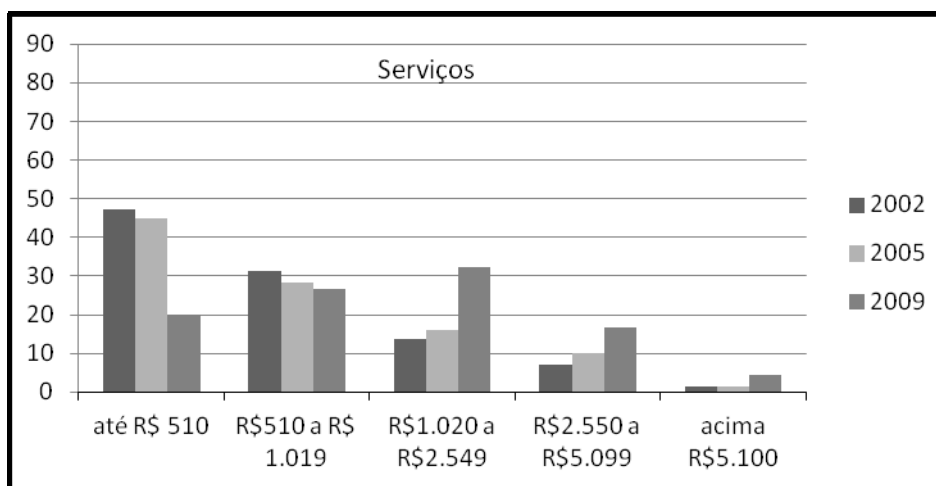
O último elemento a ser abordado refere-se aos rendimentos auferidos pelas mulheres ocupadas no mercado de trabalho da Região Sul, como forma de visualizar a evolução do rendimento auferido pelas mulheres nos setores abordados. No Gráfico 6 são apresentados as participações percentuais das mulheres ocupadas no setor de serviços, de acordo com a classe de rendimento mensal previamente apresentada segundo a classificação do IBGE e deflacionadas pelo IPCA de setembro de 2009, para os anos de 2002, 2005. Em geral, nota-se um cenário positivo, com redução na proporção de mulheres amostradas cujos rendimentos correspondiam às faixas inferiores de renda e aumento de participação nas faixas com maiores rendimentos.

No que tange às especificidades setoriais, apresentou-se uma variação negativa de 57% na participação percentual de mulheres inseridas no setor

de serviços que auferiam até R\$510,00 no período de 2002-2009. Essa redução foi mais significativa no segundo subperíodo, cuja taxa de variação foi da ordem de 5% entre 2002-2005 e de 56% de 2002 para 2009. Verificou-se também a redução da proporção de mulheres que recebiam entre R\$510,00 e R\$1.019, que correspondeu a uma variação percentual negativa de 13%, isto é, a redução ocorreu de forma menos expressiva que na primeira faixa salarial, porém ainda assim trata-se de um avanço importante no que tange o rendimento do trabalho feminino na Região Sul do Brasil, ao longo dos anos 2000, no setor de serviços.

Concomitante a isso, outro ponto positivo entre 2002-2009, foi o aumento na proporção de mulheres ocupadas no setor de serviços que auferiam faixas superiores de rendimento. A variação total no período para a faixa de rendimento entre R\$1.020,00 e R\$2.549,00 foi de 128%, passando de uma participação percentual de 14% para 32% das mulheres inseridas no setor de serviços, entre 2002-2009. Entre a força de trabalho feminina que recebia entre R\$2.550,00 e R\$5.099,00 a taxa de variação na participação foi de 142%, representando uma participação que passou de 7% a 17% ao longo da série. A proporção de mulheres cujas faixas de rendimento eram as maiores, houve um aumento na proporção que foi de 1% para 4%. Destaca-se que embora seja uma taxa significativa de crescimento da presença de mulheres com essa faixa de rendimento ao longo da série, trata-se de uma baixa proporção de mulheres com altos rendimentos.

**Gráfico 6** – Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de serviços em 2002, 2005 e 2009



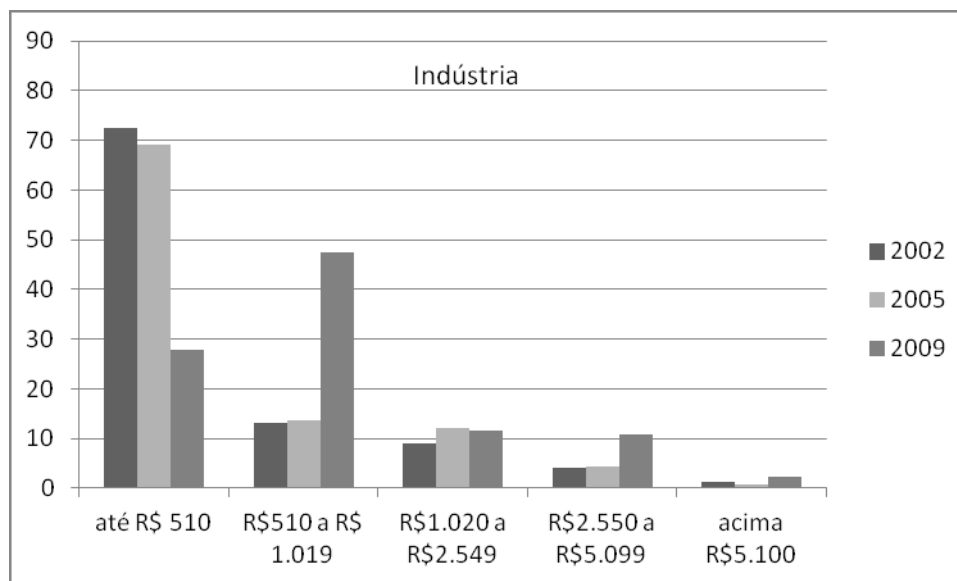
Fonte: Resultados da pesquisa

No setor industrial, os resultados obtidos apresentados no Gráfico 7 indicam uma redução drástica no período, com uma variação percentual de 57% na participação das mulheres cujos rendimentos era inferior a R\$510,00 no período de 2002-2009. Visto por outro ângulo, 73% das mulheres ocupadas no setor industrial da Região Sul recebiam até R\$ 510,00 em 2002 e no final do período essa proporção passou para 28%. Esse é um fato muito positivo para as mulheres da Região Sul, pois tiveram uma valorização salarial, passando a auferir faixas superiores de rendimento. Já a distribuição na participação de mulheres que auferiam a faixa de rendimento de R\$510,00 a R\$1.019,00 apresentou uma variação percentual positiva de 216%, indicando que uma parcela significativa na proporção de mulheres passaram a auferir esta faixa de rendimento entre 2002-2009.

Nas faixas superiores de rendimento a tendência foi de aumento na proporção de mulheres ocupadas e com faixas superiores de rendimento. Nota-se uma variação positiva de 23% na participação feminina cujo rendimento estava na faixa entre R\$1.020,00 e R\$2.549, entre 2002-2009. Já na proporção de mulheres cuja faixa de rendimento estava entre R\$2.549,00 e R\$5.099,00 houve um aumento significativo, passou de 4% para 11% da amostra feminina ocupada na indústria, representando uma variação percentual de 175%.

De forma geral, o que se destacou entre 2002-2009 foi uma diminuição considerável na proporção de mulheres que recebiam menos de R\$510,00 e um aumento nas faixas de rendimento mais elevadas, com destaque para a variação em 261% na proporção de mulheres cujo nível salarial estava entre R\$510,00 e R\$1.019,00. A participação de mulheres inseridas na indústria, com rendimentos superiores a R\$5.100,00 apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período, passou de 1% para 2,3% das mulheres ocupadas nesse setor no ano de 2009, porém ainda trata-se de uma proporção muito reduzida de mulheres que auferiram a faixa mais elevada de rendimento.

**Gráfico 7** – Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor da indústria em 2002, 2005 e 2009

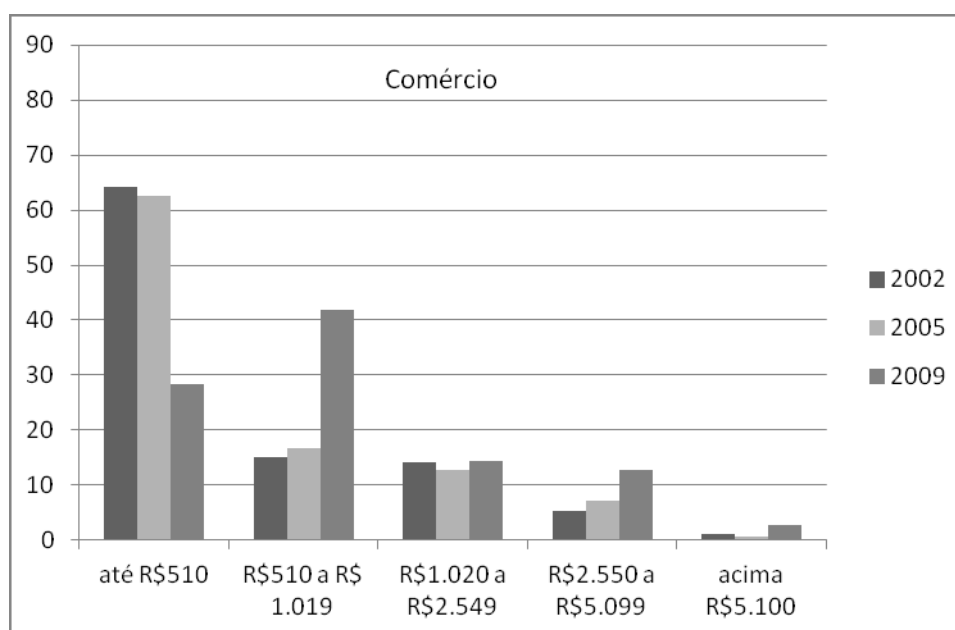


Fonte: Resultados da pesquisa

No Gráfico 8 a distribuição do rendimento do trabalho da mulher inserida no setor de comércio. Apresenta-se uma redução da participação de mulheres que recebiam menos de R\$510,00, pois passou de 64% do total de mulheres amostradas inseridas nesse setor, em 2002, para 28% no ano de 2009, o que representou uma variação percentual negativa de 57% na proporção de mulheres ocupadas no comércio que auferiam tal nível de rendimento. Além disso, outro ponto importante é que houve aumento de participação feminina nas faixas de rendimento superiores, com destaque para o aumento da proporção de mulheres cujos rendimentos auferidos variava entre R\$510,00 e R\$1.019,00 em que a participação de ocupação feminina passou de 15% para 42%, representando uma taxa de variação de 180% 2002-2009.

Nas faixas superiores de rendimento apresentou-se um crescimento positivo considerável, com destaque para a proporção de mulheres no setor de serviços que auferiam entre R\$2.550,00 e R\$5.099,00 uma vez que tal proporção passou de 5% da amostra feminina para 13% entre 2002-2009, enquanto a participação das que recebiam acima de R\$5.100,00 teve seu percentual aumentado de 1% para 3% tais rendimentos.

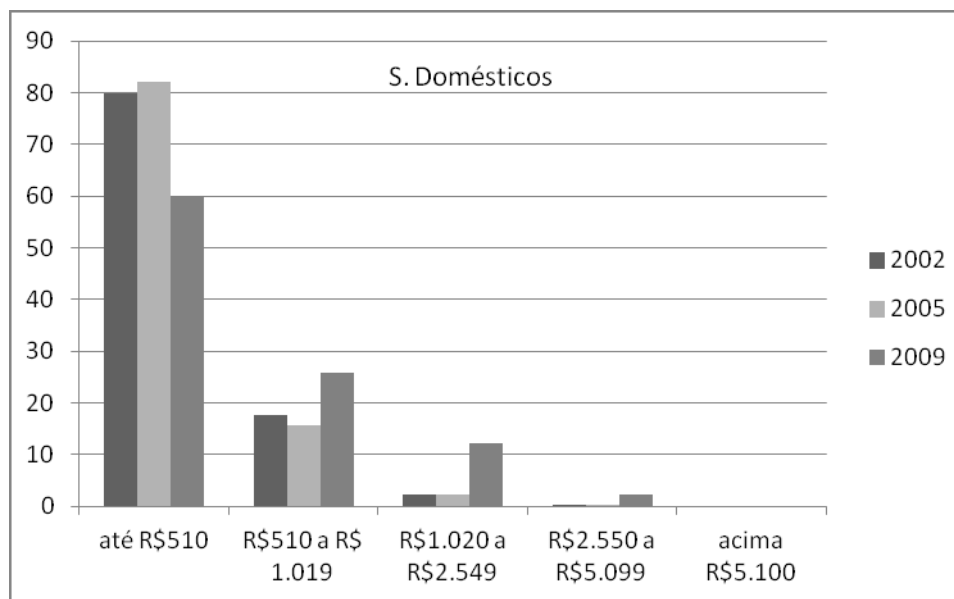
**Gráfico 8** – Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de comércio em 2002, 2005 e 2009



Fonte: Resultados da pesquisa

Para o setor de serviços domésticos, apresenta-se no Gráfico 9 os dados relativos à distribuição do rendimento feminino na Região Sul do Brasil ao longo da série. Trata-se do setor com a maior concentração de ocupação feminina com baixos rendimentos, os quais são marcadamente inferiores, destacando-se que não houve em toda a série nenhuma mulher observada na amostra, ocupada no setor, que recebesse a faixa máxima salarial de R\$5.100,00. Porém, a taxa de variação na proporção daquelas que recebiam entre R\$510,00 e R\$1.019,00 apresentou uma variação positiva de 47% entre 2002-2009, em detrimento à redução do total de mulheres inseridas no setor que auferiam a menor faixa de salários, que totalizou uma variação negativa em 25% correspondente a faixa de rendimento de até R\$510,00.

**Gráfico 9** – Distribuição percentual da amostra feminina por faixas de rendimento no setor de serviços domésticos em 2002, 2005 e 2009



Fonte: Resultados da pesquisa

De forma geral, apesar de a presença feminina no mercado de trabalho não ser igualitária, não apenas na Região Sul como no país todo, as mulheres continuam aumentando sua participação, de forma a exercer plenamente seu papel de agente na economia e sociedade. Observou-se que a mulher ocupada é predominantemente branca, com maior representatividade observada na faixa entre 16 a 24 e entre 30 a 39 anos de idade, possui ensino médio e uma parcela significativa tem ensino superior e são em grande medida formalizadas. Evidencia-se que o rendimento médio e a escolaridade apresentam a mesma tendência positiva de expansão e crescimento das faixas mais elevadas. Os maiores rendimentos médios são obtidos pelas mulheres no setor de serviços, seguidos pela indústria e comércio, enquanto os menores rendimentos médios, e também menor escolaridade, são observados no setor de serviços domésticos.

O Apêndice C apresenta o detalhamento por setor de atividade, quanto às variáveis observadas no estudo, bem como suas médias e respectivos desvios-padrão. No setor de serviços, os destaques são dados pela taxa de crescimento de 16% na média de escolaridade das mulheres ocupadas, que passou de 9,6 em 2002 para 10,64 em 2009. Além disso, o aumento na proporção de mulheres chefes de família, passou de 22% para 26% ao longo da série, enquanto a proporção de mulheres brancas ocupadas no setor diminuiu no período, passou de 85% para 81%. Outro ponto é o aumento da participação feminina ocupada na

categoria formal de trabalho, a qual representava 59% em 2002 e chegou a 62% em 2009, houve ainda evolução positiva no rendimento médio do trabalho feminino. No setor de serviços, o rendimento do trabalho feminino é melhor remunerado, percebe-se também uma tendência de redução na proporção de mulheres que recebem menores salários e aumento da participação feminina com melhor remuneração nesse setor.

No caso do setor industrial a situação foi similar, houve aumento na média de idade e uma variação percentual positiva de 15% na escolaridade das mulheres ocupadas, que passou de 7,76% em 2002 para 8,89% em 2009. Além disso, o aumento na proporção de mulheres chefes de família, passou de 21% para 26% ao longo da série e a participação de mulheres brancas ocupadas na indústria diminuiu no período, passou de 86% para 82%, houve também uma evolução positiva no rendimento médio do trabalho feminino e o na participação de mulheres ocupadas na categoria formal de trabalho, a qual representava 64% em 2002 e chegou a 70% em 2009.

Os destaques no setor de comércio foi o aumento no número médio de anos de experiência no mercado de trabalho passou de 16,85 anos para 18,31 anos entre 2002-2009. A proporção de mulheres brancas ocupadas no setor comercial se reduziu, passou de 88% para 82% enquanto a participação na categoria formal de emprego elevou-se em 15%, pois representava 57% em 2002 e chegou a 66% em 2009. Ressalta-se também a redução na proporção de mulheres ocupadas no setor de comércio com presença de filhos, esse percentual era 54% e chegou a 51% entre 2002-2009.

Por fim, no setor de serviços domésticos evidenciou-se a maior variação na média de idade das mulheres ocupadas, que era de 35,4 anos em 2002 e chegou a 39,5 em 2009. A variação na escolaridade foi mais significativa que nos demais setores, embora esteja em um nível muito inferior aos demais, a média passou de 5,41 anos de estudo para 6,34 ao longo do período., representando uma variação percentual de 18%. A média de experiência é maior no setor de serviços domésticos quando comparado aos demais setores e apresentou tendência de aumento entre 2002-2009, passou de 21,72 anos para 24,71 anos.

Devido o fato de neste setor não exigir-se elevada escolaridade, nota-se que as mulheres têm mais anos de experiência que nos demais setores, pois começam a trabalhar mais precocemente, comparadas àquelas inseridas nos

demais setores. Ressalta-se ainda o reduzido percentual de formalidade, embora tenha apresentado uma tendência de aumento na proporção de mulheres ocupadas na categoria formal de trabalho, passou de 30% para 33% entre 2002-2009.

Diante da apresentação das características pessoais das mulheres ocupadas, amostradas no Sul do Brasil, têm-se a apresentação dos resultados obtidos para as equações de seleção e de rendimento, a partir das quais estima-se a decomposição dos diferenciais de rendimento obtido para os setores considerados, nos anos de 2002, 2005 e 2009. Para tanto, na Tabela 2 tem-se a descrição das variáveis e as binárias consideradas na abordagem econométrica, bem como as suas médias e desvios-padrão, para cada ano abordado. No caso das variáveis binárias, é aconselhável que tenhamos uma proporção de casos em que a variável assume o valor 1 de, no mínimo, 5%. Como se observa em todos os casos a proporção está acima desse patamar.

**Tabela 2** – Descrição das variáveis e binárias, média e desvio padrão, da participação feminina no mercado de trabalho na Região Sul do Brasil

Variável	Descrição	2002		2005		2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	33,44	11,73	33,80	15,83	34,72	11,87
Escolaridade	Anos de escolaridade	8,30	4,03	8,85	4,71	9,74	3,86
Experiência	Proxy da exp. em anos	18,90	12,81	19,05	13,92	19,7	13,16
Branças	=1 se for branca	0,81	0,36	0,81	0,38	0,80	0,39
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,51	0,49	0,51	0,49	0,48	0,49
Filhos	=1 se tem filhos	0,59	0,49	0,58	0,49	0,57	0,49
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,22	0,42	0,24	0,39	0,28	0,45
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,11	0,31	0,11	0,32	0,07	0,26
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,53	0,49	0,56	0,49	0,59	0,48
Rendimento	Renda Média	386	6,12	431	6,15	650	9,48
Salário/hora	Salário em reais por hora	3,57	5,01	4,03	5,97	5,15	8,46
Ln Sálário	Logaritmo da variável salário	0,86	0,83	1,29	1,79	1,51	0,73

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Ao longo da série houve um aumento considerável na idade média das mulheres ocupadas na Região Sul do Brasil, que teve uma variação percentual de 4%, sugerindo ligeiro aumento na média de idade feminina. No caso da escolaridade a evolução também foi positiva, indicando uma melhoria na escolarização média da força de trabalho feminina, que passou de 8,3 para 9,7 anos de estudo. Ressalta-se também o avanço positivo quanto ao rendimento do trabalho

e da categoria de emprego formal, pois ambas apresentaram um acréscimo durante o período. No caso do trabalho da categoria de trabalho, o grau de formalização passou de 53% da ocupação feminina para 59%.

Quanto à condição na família, entre 2002 e 2009 o número médio de mulheres cônjuges diminuiu, chegava a 51% em 2002 e em 2009 representava 48% da força de trabalho feminina da Região Sul, ao passo que a média de mulheres que são chefes de família aumentou no mesmo período, correspondia a 22% e chegou a 28% das ocupadas entre 2002-2009. Outro aspecto importante foi a redução da média de mulheres com filhos, essa proporção era de 59% em 2002 enquanto em 2009 representava 57% da mão de obra feminina ocupada no Sul.

A seguir são apresentadas e discutidas as equações de seleção obtidas para cada setor de atividade econômica, as equações de rendimento e a decomposição dos rendimentos, bem como os principais resultados observados.

#### 4.2 DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO SUL

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e discussão relativos à probabilidade de seleção das mulheres para o mercado de trabalho da Região Sul, de acordo com os setores de atividade econômica. São apresentados na Tabela 3 os resultados obtidos para as equações de seleção, realizadas pelo Modelo de Seleção de Heckman, para os setores considerados, seus respectivos coeficientes estimados e desvios padrão.

Ao analisar os resultados das equações de seleção para o ano de 2002, observa-se que apesar de alguns coeficientes não apresentarem significância estatística em todos os setores de atividade econômica, os sinais obtidos foram coerentes com o esperado. A variável idade foi estatisticamente significativa e apresentou os sinais esperados em todos os setores considerados no ano de 2002. Assim como a idade ao quadrado ( $idade^2$ ) que capta a queda de produtividade do trabalho devido o aumento de idade. O coeficiente que representa a variável cor da pele teve sinais negativos, o que significa que a amostra feminina não branca tem uma desvantagem em relação às mulheres brancas para ingressarem no setor em que os maiores rendimentos são obtidos, como o setor de serviços e ainda na indústria e no comércio. Situação contrária foi observada no setor de serviços

domésticos, em que o sinal do coeficiente da variável cor não branca foi positivo, um indicativo de que há maior possibilidade de inserção de mulheres não brancas neste setor.

As variáveis que se referem à escolaridade são importantes na alocação produtiva. As faixas entre 9 a 11 anos de estudo e acima de 12 anos de estudos são estatisticamente significativas, no setor de serviços, comércio e indústria e têm sinais positivos, o que sinaliza uma importante relação entre maior escolaridade e seleção para o mercado de trabalho nestes setores. Este pode ser um indicativo que corrobora o fato de que a escolaridade é uma variável clássica na determinação da participação no mercado de trabalho e dos rendimentos auferidos.

O fato de a mulher ser cônjuge apresentou uma relação negativa com a probabilidade de estar ocupada, com exceção do setor de comércio, o mesmo ocorreu com a variável indicativa da presença de filhos, com exceção do setor de serviços domésticos. Os coeficientes relativos à condição de chefe da unidade familiar apresentou uma relação positiva e estatisticamente significativa quanto à seleção para mercado de trabalho, em todos os setores considerados, da Região Sul do Brasil.

Desse modo, os principais fatores que tiveram influência positiva relativos à seleção feminina para o mercado de trabalho no ano de 2002 foram a idade, as faixas superiores de escolaridade e características ligadas à unidade familiar, como o fato de ser chefe de família. Já os coeficientes que apresentaram uma relação negativa foram, a variável idade ao quadrado ( $\text{idade}^2$ ) que capta a queda de produtividade do trabalho devido o aumento de idade, a condição de cônjuge na unidade familiar, a presença de filhos e a cor não branca, que sinalizaram uma possível redução na probabilidade de inserção no setor industrial.

**Tabela 3** – Equações de seleção das mulheres, por setor de atividade na Região Sul – 2002

Variáveis	Serviços	Indústria	Comércio	Serv. Domésticos
Idade	0,0620*** (0,0111)	0,0553*** (0,0101)	0,0567*** (0,00996)	0,0547*** (0,00987)
Idade <sup>2</sup>	-0,000550*** (0,000153)	-0,000488*** (0,000140)	-0,000518*** (0,000138)	-0,000485*** (0,000136)
Não branca	-0,165*** (0,0545)	-0,134*** (0,0505)	-0,204*** (0,0483)	0,422** (0,0447)
De 5 a 8 anos estudo	0,101 (0,0665)	0,0712 (0,0550)	0,0383 (0,0579)	-0,0859** (0,0510)
De 9 a 11 anos estudo	0,360*** (0,0640)	0,195*** (0,0552)	0,251*** (0,0568)	-0,0140 (0,0518)
12 (ou mais) anos estudo	0,775*** (0,0720)	0,563*** (0,0655)	0,575*** (0,0668)	-0,384 (0,0634)
Cônjuge	-0,327** (0,0383)	-0,373*** (0,0397)	0,0466* (0,0394)	-0,895** (0,0395)
Chefe família	0,151*** (0,0450)	0,386*** (0,0454)	0,718*** (0,0480)	0,112*** (0,0450)
Filhos	-0,0128* (0,0354)	-0,00329* (0,0368)	-0,0549** (0,0376)	0,000189 (0,0356)
Constante	-1,379*** (0,191)	-0,894*** (0,170)	-0,960*** (0,169)	-0,717*** (0,168)
Amostra	3.344	2.354	2.199	2.391

**Fonte:** Resultados da Pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

Esse resultado corrobora, também para as mulheres da Região Sul, a importância da posição domiciliar na determinação da participação no mercado de trabalho, conforme destacado por Soares e Isaki (2002). Segundo os autores, o aumento de mulheres chefes de família é uma variável altamente relacionada à taxa de participação no mercado de trabalho.

O setor de serviços domésticos, apresenta características opostas aos outros três setores quanto à absorção de mão de obra feminina no quesito ligado à cor da pele. Trata-se de uma situação persistente no Brasil, principalmente entre as mulheres, e amplamente discutida na literatura quanto à posição desprivilegiada de pessoas de cor preta e parda no mercado de trabalho. Enquanto a cor da pele não branca diminui a probabilidade de estar ocupada na indústria, comércio e serviços. No setor de serviços domésticos ocorre o inverso, o sinal positivo relativo a essa variável indica que há maior possibilidade de estarem nesse setor se forem negras ou pardas.

Nas variáveis indicativas de educação formal há uma notória

diferença entre os coeficientes obtidos para as faixas de escolaridade nos setores de comércio, serviços e indústria, em relação ao setor de serviços domésticos. Nos três primeiros, há indicativo de que a escolaridade tem impacto positivo e estatisticamente significativo na probabilidade da ocupação feminina, enquanto nos serviços domésticos a escolaridade é um fator que repele a inserção feminina nesse setor, indicado pelo sinal negativo dos coeficientes.

Na Tabela 4 são apresentados os coeficientes obtidos como resultados para as equações de seleção relativas aos setores no ano de 2005. A variável idade apresentou significância estatística e sinais positivos em todos os setores quanto à probabilidade de ocupação feminina. A idade<sup>2</sup> foi estatisticamente significativa e apresentou sinais coerentes com a literatura, isto é, indicou taxas decrescentes em relação à probabilidade de a mulher estar inserida no mercado de trabalho à medida que aumenta-se a idade.

Os coeficientes obtidos para a cor não branca indicaram que esta é uma variável relevante na participação do mercado de trabalho. Nos setores da indústria, serviços e comércio, o sinal negativo do coeficiente indica uma relação negativa quanto à seleção para ocupação nesses setores. No caso do setor de serviços domésticos há uma inversão e então este atributo apresenta influência positiva para inserção feminina neste setor.

No que tange a escolaridade, ocorre uma situação análoga à apresentada para o ano de 2002. As faixas superiores a 9 anos de estudo apresentavam influência positiva na probabilidade de inserção feminina no setor de comércio, setor de serviços e indústria na Região Sul. Enquanto o oposto se apresenta para as mulheres no setor de serviços domésticos, em que, como no período anterior, a influência da escolaridade produzia um efeito negativo na possibilidade de ocupação nesse setor.

Em 2005 as características ligadas à condição no domicílio e posição na unidade familiar não apresentaram-se estatisticamente significativas para a seleção no mercado de trabalho da Região Sul. A presença de filhos apresentou coeficiente significativo, como fator redutor da possibilidade de inserção no mercado de trabalho nos setor de serviços.

**Tabela 4** – Equações de seleção das mulheres, por setor de atividade na Região Sul – 2005

Variáveis	Serviços	Indústria	Comércio	Serv. Domésticos
Idade	0,0895*** (0,0116)	0,0859*** (0,0104)	0,0743*** (0,0106)	0,0893*** (0,0104)
Idade <sup>2</sup>	-0,000979*** (0,000160)	-0,000950*** (0,000143)	-0,000776*** (0,000147)	-0,000975*** (0,000143)
Não branca	-0,110** (0,0513)	-0,153*** (0,0454)	-0,119*** (0,0452)	0,496** (0,0433)
De 5 a 8 anos estudo	0,0585 (0,0752)	0,0761 (0,0614)	-0,0375 (0,0673)	-0,0114 (0,0576)
De 9 a 11 anos estudo	0,311*** (0,0729)	0,191*** (0,0610)	0,127* (0,0658)	-0,0426 (0,0575)
12 (ou mais) anos estudo	0,737*** (0,0783)	0,620*** (0,0683)	0,445*** (0,0720)	-0,457*** (0,0643)
Cônjuge	0,0155 (0,0461)	0,0611 (0,0451)	0,0208 (0,0471)	-0,0817* (0,0460)
Chefe família	0,0428 (0,0490)	0,0843* (0,0503)	0,0341 (0,0499)	-0,492** (0,0490)
Filhos	-0,0187** (0,00420)	-0,0462 (0,0407)	-0,0584 (0,0440)	-0,0158 (0,0404)
Constante	-1,724*** (0,202)	-1,350*** (0,177)	-1,066*** (0,181)	-1,253*** (0,179)
Amostra	3.594	2.574	2.431	2.297

**Fonte:** Resultados da Pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

Na Tabela 5 tem se os resultados para as equações de seleção, relativas à amostra do ano de 2009, nos quais destacam-se a importância da variável idade, cor e escolaridade. Os coeficientes das binárias indicativas das faixas de escolaridade indicaram uma sinalização positiva quanto à ocupação, em todos os setores de atividade, exceto no de serviços domésticos. Evidencia-se que maior grau de instrução oferece mais chances de a mulher estar inserida no mercado de trabalho, nos setores observados, exceto no de serviços domésticos. Esta constatação coincide com o estudo de Soares e Isaki (2002) ao afirmar que a menor escolaridade dificulta e/ou reduz a inserção feminina no mercado de trabalho. No caso do setor de serviços domésticos, maior escolaridade diminuía a probabilidade de a mulher trabalhar nesse setor, fato indicado pelo sinal negativo dos coeficientes relativos às faixas de maior escolaridade para esse setor.

Ao considerar o grupo de mulheres não brancas, há um indicativo de que esse fator interferiu negativamente na probabilidade de estar inserida no mercado de trabalho em todos os setores de atividade econômica. A presença de

filhos e o fato de ser cônjuge são variáveis que no ano de 2009 não mais se mostraram significativos estatisticamente, o que pode ter duas interpretações, a primeira seria uma fragilidade na modelagem ou amostra, ou então, que no período mais recente essas variáveis passaram mesmo a ter menos implicância na determinação da ocupação feminina, que culminaria em coeficientes não representativos na equação de seleção para esse ano.

**Tabela 5** – Equações de seleção das mulheres, por setor de atividade da Região Sul – 2009

<b>Variáveis</b>	<b>Serviços</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serv. Domésticos</b>
Idade	0,0497*** (0,0115)	0,0427*** (0,00995)	0,0261*** (0,00982)	0,0411*** (0,00986)
Idade <sup>2</sup>	-0,000459*** (0,000160)	-0,000378*** (0,000136)	-0,000153 (0,000136)	-0,000345** (0,000134)
Não branca	-0,131*** (0,0479)	-0,143*** (0,0422)	-0,102** (0,0420)	-0,0664* (0,0399)
De 5 a 8 anos estudo	0,133 (0,0814)	0,0467 (0,0664)	0,0475 (0,0685)	-0,00428 (0,0577)
De 9 a 11 anos estudo	0,332*** (0,0772)	0,148** (0,0636)	0,210*** (0,0658)	0,0534 (0,0564)
Mais de 12 anos est.	0,736*** (0,0817)	0,580*** (0,0693)	0,542*** (0,0717)	-0,458*** (0,0626)
Cônjuge	-0,00389 (0,0400)	0,0103 (0,0392)	0,0284 (0,0390)	0,00544 (0,0385)
Chefe família	0,641*** (0,0396)	-0,00217 (0,0411)	0,217** (0,0405)	0,0114 (0,0413)
Filhos	-0,00516 (0,0338)	0,00486 (0,0346)	-0,000283 (0,0351)	-0,0200 (0,0344)
Constante	-1,104*** (0,200)	-0,680*** (0,175)	-0,448*** (0,169)	-0,581*** (0,172)
Amostra	4.166	2.452	2.430	2.240

**Fonte:** Resultados da Pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

Os dados podem corroborar o fato de que as mulheres alteraram a faixa etária em que se retiram do mercado de trabalho em razão da maternidade e/ou cuidado dos filhos. Hoffman e Leone (2004) observaram que as maiores taxas de atividade das mulheres, no Brasil em 1990, eram verificadas para as faixas etárias de 30 a 34 e de 35 a 39 anos. Já em 1995, houve um crescimento mais intenso da taxa de atividade na faixa de 40 a 44 anos e em 2002, notou-se diminuição da taxa nas faixas abaixo de 20 anos.

De modo geral, nas equações de seleção para os anos de 2002, 2005 e 2009, os sinais dos coeficientes obtidos foram coerentes com o esperado, com base na literatura econômica. Ressalta-se a importância revelada pela variável idade no processo de seleção para o mercado de trabalho e a relação negativa apresentada pela variável cor da pele foi um indicativo de que as mulheres não brancas têm uma desvantagem em relação às mulheres brancas para ingressarem no mercado de trabalho, exceto no setor de serviços domésticos.

No que tange a educação formal, há uma notória diferença entre os coeficientes obtidos, em todos os anos, para as faixas de escolaridade entre os setores de comércio, serviços e indústria, em relação ao setor de serviços domésticos. Nos três primeiros setores, há indicativo de que a escolaridade tem impacto positivo na probabilidade de as mulheres estarem ocupadas nos mesmos, enquanto nos serviços domésticos a escolaridade é um fator que repele a inserção no setor.

Quanto à presença de filhos, os coeficientes foram significativos em 2002 e a presença de filhos reduzia a possibilidade de participação feminina no mercado de trabalho do setor de serviços, comércio e indústria. No entanto, nos anos seguintes da série, essa variável teve uma determinação ambígua sobre a inserção no mercado de trabalho.

Após apresentar as equações de seleção e a relação observada entre os coeficientes estimados e a probabilidade de ocupação feminina, pode-se estimar as equações de rendimento das mulheres nos respectivos setores de atividade econômica.

#### 4.3 DETERMINANTES DOS RENDIMENTOS DAS MULHERES DA REGIÃO SUL POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e discussão relativos às equações de rendimento do trabalho das mulheres ocupadas na Região Sul, de acordo com os setores de atividade econômica. Na Tabela 6 são apresentados os coeficientes e respectivos desvios padrão das equações de rendimento obtidas para as mulheres ocupadas nos quatro setores de atividade econômica na Região Sul do Brasil. Os sinais dos coeficientes obtidos estão de acordo com o esperado.

Nas equações de rendimento a variável idade<sup>2</sup>, que capta a queda de produtividade decorrente do aumento de idade, se mostrou uma variável estatisticamente significativa em todos os setores. A ocorrência da forma quadrática dessa variável na equação de rendimento para o ano de 2002, com sinal negativo, é resultante da taxa decrescente relacionada ao aumento de idade e queda da produtividade, impactando nos rendimentos auferidos.

A variável cor da pele além de influenciar de forma a reduzir a probabilidade de a mulher estar inserida no mercado de trabalho contribui para que, uma vez alocada, esteja propensa a receber menores rendimentos em relação às mulheres brancas, fato que é evidenciado pelos sinais negativos dos coeficientes e a significância estatística dos mesmos, obtidos para os setores de atividade considerados na amostragem da Região Sul.

**Tabela 6** – Equações de rendimento das mulheres, por setor de atividade da Região Sul - 2002

Variáveis	Serviços	Indústria	Comércio	Serv. Domésticos
Idade	0,148*** (0,0297)	0,105*** (0,0229)	0,116*** (0,0250)	0,144*** (0,0229)
Idade <sup>2</sup>	-0,00124*** (0,000404)	-0,000686** (0,000312)	-0,00104*** (0,000345)	-0,00133*** (0,000312)
Experiência	0,0425*** (0,0109)	0,00595*** (0,00903)	0,0165*** (0,00992)	-0,000820** (0,00911)
Experiência <sup>2</sup>	-0,00305*** (0,000237)	-0,000415** (0,000197)	-0,00364*** (0,000230)	-0,000147** (0,000202)
Não branca	-0,356*** (0,123)	-0,430*** (0,0908)	-0,389*** (0,0979)	-0,210*** (0,0792)
De 5 a 8 anos estudo	0,229 (0,149)	0,152 (0,0988)	0,235** (0,114)	0,0115*** (0,0872)
De 9 a 11 anos estudo	1,097*** (0,144)	0,658*** (0,0993)	0,947*** (0,112)	-0,473*** (0,0914)
12 (ou mais) anos estudo	2,408*** (0,153)	1,832*** (0,110)	2,067*** (0,123)	-1,795 (0,105)
Formal	0,485*** (0,0609)	0,459*** (0,0483)	0,447*** (0,0508)	0,371*** (0,0455)
Lambda	0,890*** (0,0139)	0,769*** (0,0111)	0,826*** (0,0112)	0,761*** (0,0110)
Constante	-4,253*** (0,486)	-2,777*** (0,363)	-3,232*** (0,394)	-3,268*** (0,363)
Amostra	3.344	2.354	2.199	2.391

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Obs: Nível de significância \*\*\*p < 0,01, \*\*p < 0,05 e \*p < 0,1

De acordo com a amplamente discutida teoria do capital humano, as variáveis ligadas à escolaridade tem impacto positivo sobre o rendimento do trabalho, auferido pelas mulheres, em todos os setores de atividade considerados para a Região Sul, no ano de 2002. O setor de serviços domésticos tem a característica de predomínio feminino e baixo rendimento, o que está relacionado com a escolaridade das pessoas ocupadas no mesmo, além do fator cultural que faz com que seja considerado de baixa qualidade e, conseqüentemente, é muito menos remunerado que nos demais setores de atividade da economia. Isso fica evidente ao analisar os coeficientes relativos às faixas de escolaridade, pois os sinais negativos obtidos no setor de serviços domésticos é indicativo de que, ao contrário dos demais setores considerados, a escolaridade não somente influencia como fator que repele a inserção nesse setor como também não interfere nos rendimentos auferidos pelas mulheres ocupadas nesse setor. É o oposto do que se tem no setor de comércio, indústria e de serviços, em que a escolaridade obteve significância estatística e sinais positivos, indicando que se trata de um fator relevante na determinação dos rendimentos femininos.

Quanto à experiência, ambos os termos linear e quadrático, apresentaram os sinais esperados, em que, conforme abordado pela teoria do capital humano, a experiência influencia positivamente nos rendimentos auferidos, porém a taxas decrescentes, representado pelo sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado. Também no caso das mulheres da Região Sul, esse pressuposto é válido, pois os parâmetros obtidos para a variável experiência foram positivos em todos os setores, enquanto o termo quadrático foi negativo também para todos os setores e estatisticamente significativo no ano de 2002, indicando que seus salários tendem a aumentar conforme a experiência, porém a taxas cada vez menores.

Conforme esperado, a categoria de emprego formal tendeu a impactar positivamente no rendimento do trabalho feminino em todos os setores observados, pois os coeficientes positivos obtidos indicam que a formalidade e regulação nos contratos de trabalho, tendem a influenciar positivamente nos salários auferidos.

A variável *lambda*, utilizada para corrigir o viés de seletividade, mostrou-se estatisticamente significativa em todos os setores, o que indica a necessidade de sua inclusão no modelo como forma de corrigir o viés de

seletividade dos salários.

A seguir, na Tabela 7 são apresentados os resultados das equações de rendimento para os respectivos setores de atividade econômica, no ano de 2005. A idade permaneceu como um fator importante na determinação dos salários das mulheres destacadamente em todos os setores. A relação entre o rendimento do trabalho e a idade das mulheres excede a questão simplesmente ligada às características pessoais, caracteriza a mudança do ciclo de vida feminino, uma mudança estrutural na força de trabalho. Os coeficientes ligados à idade<sup>2</sup> indicam o decréscimo de produtividade decorrente do aumento de idade, são estatisticamente significativos e um fator importante na determinação dos rendimentos femininos ao indicar uma redução salarial decorrente do decréscimo de produtividade.

No que tange a cor da pele, no ano de 2005, os sinais negativos dos coeficientes mostram a desvantagem das mulheres negras e pardas quanto aos rendimentos auferidos no mercado de trabalho na Região Sul, em que esse fato é observado, com significância estatística, nos setores de comércio, indústria, serviços e serviços domésticos. No caso do último setor, esse prejuízo de rendimento relativo à cor do indivíduo, possivelmente é decorrente do fato de ser um setor tipicamente desvantajoso, e relação aos demais, o que seria uma dupla dificuldade, já que nesse setor os rendimentos já são usualmente inferiores. Estes resultados estão de acordo com o observado por Carvalho, Neri e Silva (2006) ao observar que as pessoas não brancas sofrem grande desvantagem salarial no mercado de trabalho brasileiro, ou seja, situação similar é evidenciada também para o trabalho das mulheres na Região Sul do Brasil.

**Tabela 7 –** Equações de rendimento das mulheres, por setor de atividade da Região Sul - 2005

<b>Variáveis</b>	<b>Serviços</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serv. Domésticos</b>
Idade	0,209*** (0,0263)	0,147*** (0,0193)	0,147*** (0,0206)	0,164*** (0,0192)
Idade <sup>2</sup>	-0,00217*** (0,000358)	-0,00143*** (0,000261)	-0,00143*** (0,000286)	-0,00173*** (0,000260)
Experiência	0,0462*** (0,00780)	0,00576 (0,00686)	0,0229*** (0,00684)	0,000965 (0,00674)
Experiência <sup>2</sup>	-0,00574 (0,00161)	-0,00903 (0,000142)	-0,00981 (0,000157)	-0,00878 (0,000142)
Não branca	-0,246** (0,107)	-0,279*** (0,0747)	-0,254*** (0,0805)	-0,113** (0,00681)
De 5 a 8 anos estudo	0,332** (0,155)	0,239** (0,0946)	0,301*** (0,114)	0,103 (0,0850)
De 9 a 11 anos estudo	1,060*** (0,149)	0,702*** (0,0936)	0,849*** (0,110)	-0,522*** (0,0876)
12 (ou mais) anos estudo	2,399*** (0,153)	1,919*** (0,100)	1,927*** (0,116)	-1,864*** (0,0950)
Formal	0,337*** (0,0578)	0,415*** (0,0453)	0,322*** (0,0467)	0,325*** (0,0439)
Lambda	0,849*** (0,0132)	0,682*** (0,0104)	0,757*** (0,0104)	0,673*** (0,0107)
Constante	-4,864*** (0,448)	-3,227*** (0,319)	-3,322*** (0,339)	-3,400*** (0,318)
Amostra	3.594	2.574	2.431	2.297

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Obs: Nível de significância \*\*\*p < 0,01, \*\*p < 0,05 e \*p < 0,1

As variáveis ligadas à escolaridade tiveram uma influência positiva sobre o rendimento do trabalho feminino em todos os setores de atividade considerados para a Região Sul, exceto no setor de serviços domésticos, no ano de 2005. O setor de serviços domésticos cuja característica está ligada ao baixo rendimento, permaneceu com os coeficientes ligados às faixas de escolaridade sem significância estatística, ou com sinal negativo, o que indicou uma situação persistente nada favorável às mulheres inseridas nesse setor, com baixa escolaridade e menor rendimento.

No que tange a experiência, ambos os termos linear e quadrático, apresentaram os sinais esperados, segundo a teoria do capital humano, em que a experiência influencia positivamente nos rendimentos auferidos, porém a taxas decrescentes, representado pelo sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado. Porém, a variável experiência foi significativa estatisticamente no setor de

comércio apenas, enquanto seu termo quadrático só não foi significativo no setor de serviços domésticos, apesar de os sinais obtidos estarem condizentes com o que se esperava dessa variável.

Também no ano de 2005 a categoria de emprego formal persistiu a impactar positivamente no rendimento do trabalho auferido pelas mulheres em todos os setores de atividade econômica observados, uma vez que o coeficiente positivo dessa variável indica que a formalidade dos contratos de trabalho influenciou positivamente o salário feminino na Região Sul do Brasil. A variável *lambda* que corrige o viés de seletividade mostrou-se estatisticamente significativa nos quatro setores observados, comprovando que era necessária sua inclusão no modelo como forma de corrigir o viés de seletividade dos salários também no ano de 2005.

Na Tabela 8 tem-se os resultados das equações de rendimento para os quatro setores de atividade econômica considerados para o ano de 2009. Conforme já destacado para os anos de 2002 e 2005, também para o ano de 2009 a idade das mulheres apresentou-se como elemento importante na determinação dos rendimentos auferidos pelas mulheres no mercado de trabalho, dada a significância estatística em todos os setores.

Os coeficientes ligados ao decréscimo de produtividade decorrente do aumento nas faixas de idade foram significativos e seus sinais indicam o declínio salarial decorrente da redução na produtividade devido à idade. Desse modo, outros fatores devem ser considerados como possíveis explicações sobre a composição salarial feminina, que será abordado em breve, na decomposição das equações de rendimento.

Quanto à experiência, ambos os termos linear e quadrático apresentaram os sinais esperados, segundo a teoria do capital humano, em que a experiência possui influência positiva sobre os rendimentos do trabalho, porém a taxas decrescentes, indicado pelo sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado. Os coeficientes obtidos para a experiência não foram significativos estatisticamente para o setor de serviços domésticos, porém, nos demais setores sim, e além disso, os sinais obtidos foram condizentes com o que se esperava dessa variável e de seu termo quadrático. Estes resultados confirmam o trabalho desenvolvido por Figueiredo-Neto (1998) relativos ao papel da experiência de homens e mulheres no mercado de trabalho.

**Tabela 8** – Equações de rendimento das mulheres, por setor de atividade da Região Sul - 2009

<b>Variáveis</b>	<b>Serviços</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serv. Domésticos</b>
Idade	0,172*** (0,0401)	0,116*** (0,0314)	0,127*** (0,0312)	0,137*** (0,0292)
Idade <sup>2</sup>	-0,00154*** (0,000549)	-0,000970** (0,000422)	-0,00103** (0,000429)	-0,00121*** (0,000396)
Experiência	0,130** (0,0153)	0,0179** (0,0130)	0,184** (0,0124)	0,00430 (0,0112)
Experiência <sup>2</sup>	-0,000369 (0,000357)	-0,000259 (0,000288)	-0,00804 (0,000288)	-0,000133 (0,000258)
Não branca	-0,448*** (0,138)	-0,392*** (0,101)	-0,417*** (0,104)	-0,150*** (0,00919)
De 5 a 8 anos estudo	0,537** (0,237)	0,304** (0,150)	0,296* (0,174)	0,140 (0,126)
De 9 a 11 anos estudo	1,280*** (0,223)	0,830*** (0,144)	0,807*** (0,165)	-0,545*** (0,126)
12 (ou mais) anos estudo	2,794*** (0,227)	2,212*** (0,151)	2,008*** (0,172)	-2,023*** (0,134)
Formal	0,322*** (0,0750)	0,397*** (0,0626)	0,341*** (0,0637)	0,408*** (0,0606)
Lambda	1,167*** (0,0125)	1,055*** (0,00999)	1,088*** (0,00992)	1,027*** (0,0102)
Constante	-3,960*** (0,657)	-2,384*** (0,501)	-2,345*** (0,501)	-2,583*** (0,473)
Amostra	4.166	2.452	2.430	2.240

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\*p < 0,01, \*\*p < 0,05 e \*p < 0,1

Outro ponto importante, no ano de 2009, refere-se à significância estatística da variável indicativa de cor não-branca, pois o sinal negativo dessa variável ligada à característica pessoal, na Região Sul, determina a obtenção de rendimentos inferiores à trabalhadora não branca, evidência que pode ser observada desde o início da série em 2002 e cuja persistência até 2009 é um aspecto negativo discriminatório do trabalho e do rendimento feminino na Região Sul.

No entanto, um fator inegavelmente responsável pela composição do rendimento do trabalho é a escolaridade. É notável a relevância da variável ligada à educação, principalmente daquelas que indicam maior faixa de escolaridade, como parcela determinante do salário feminino. Esta constatação corrobora os resultados obtidos por Coelho, Veszteg e Soares (2010) e Chaves (2002), quanto à relevância da escolaridade na determinação do rendimento.

A categoria de emprego formalizado também continuou a interferir significativamente no nível médio de rendimento auferido do trabalho em todos os setores, o que confirma os resultados obtidos por Barras, Varandas e Pontes (1988) e Menezes-filho, Mendes e Almeida (2004) no que tange a influência da categoria de emprego na determinação do rendimento.

De forma geral, a idade feminina teve implicações positivas quanto aos rendimentos auferidos de acordo com o setor de atividade econômica, o que pode ser percebido pelos sinais positivos dos coeficientes das equações de rendimento relativos à idade, na Região Sul do Brasil. Quanto à variável cor, o que se observou nas equações de rendimento foram coeficientes negativos, o que mostra a desvantagem das mulheres negras e pardas quanto aos rendimentos auferidos no mercado de trabalho na Região Sul, fato que é observado, com significância estatística em todos os setores.

No setor de serviços domésticos há desvantagens quanto à escolaridade, em uma relação inversa à observada nos demais setores, em que faixas mais elevadas de escolaridade tiveram uma influência positiva sobre o rendimento do trabalho feminino. É o setor em que se observa o maior diferencial comparativamente ao setor de serviços e verifica-se nos serviços domésticos uma característica ligada ao baixo rendimento e escolaridade, dando sequência a um círculo vicioso, difícil de ser quebrado, devido à rígida mobilidade ocupacional brasileira. Quanto à experiência, ambos os termos linear e quadrático, apresentaram os sinais esperados e são variáveis importante na composição dos rendimentos femininos.

Também para as mulheres amostradas na Região Sul, a experiência influenciou positivamente nos rendimentos auferidos, porém a taxas decrescentes, representado pelo sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado, conforme abordado pela teoria do capital humano. Ainda conforme esperado, a categoria de emprego formal tendeu a impactar positivamente no rendimento do trabalho feminino em todos os setores observados, o coeficiente positivo dessa variável indicou que a regulação no trabalho tende a influenciar positivamente nos rendimentos auferidos pelas mulheres.

Um ponto importante a ser destacado quanto às equações de rendimento foram as estimativas estatisticamente significativas, em todos os setores de atividade considerados, para a variável *lambda* obtidas nas equações de

rendimento. Esse fato é um indicador de que a inclusão dessa variável originada pelo Modelo de Seleção de Heckman é necessária para corrigir o viés de seleção amostral.

Apresentadas as equações de seleção e rendimento, realiza-se a decomposição das equações de rendimento obtidas para os anos de 2002, 2005 e 2009, relativa às mulheres inseridas no mercado de trabalho da Região Sul do Brasil, como forma de verificar os diferenciais de rendimento feminino e explicá-los.

#### 4.4 RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO DE OAXACA-BLINDER PARA O MERCADO DE TRABALHO FEMININO DA REGIÃO SUL

De posse das estimativas das equações de rendimento, corrigidas para o viés de seleção e da verificação de que o setor de serviços detém os maiores rendimentos médios em relação aos demais setores, o próximo passo é medir as diferenças de rendimento no setor de serviços comparativamente a cada um dos demais setores considerados. Para verificar a vantagem dos rendimentos no setor de serviços procede-se os cálculos das diferenças salariais entre os setores.

Os resultados obtidos pelo procedimento de Oaxaca-Blinder, conforme Jann (2008), foram realizados a partir da *three-fold decomposition*, em que primeiro são obtidas estimativas de rendimento médio em dois setores comparados e o diferencial entre os dois grupos (as mulheres ocupadas no setor de serviços em detrimento daquelas ocupadas consecutivamente em cada um dos setores) e a seguir a diferença salarial é dividida em três partes, ou efeitos.

O primeiro efeito é o “efeito explicado”, também chamado de efeito dotação, que reflete a variação média (positiva ou negativa) no salário das mulheres inseridas no setor considerado se tivessem as mesmas características das mulheres ocupadas nos demais setores, isto é, considera as características pessoais produtivas e não produtivas como parcela responsável pelo diferencial obtido e também o papel da regulação formal do mercado de trabalho. Este efeito explicado é alcançado, em termos percentuais, por meio da divisão do seu respectivo coeficiente pela diferença obtida entre a média do logaritmo salarial dos setores considerados.

O segundo efeito é chamado de “efeito setor” pois quantifica o diferencial observado por meio da utilização dos coeficientes obtidos para as

mulheres que não trabalham no setor considerado em vantagem, em relação às características daquelas ocupadas no referido setor. Já o terceiro efeito é o termo de interação entre ambos, o qual mede o efeito simultâneo das diferenças de dotações e do efeito setor. Ambos efeitos também são obtidos, em termos percentuais, através da divisão de seus respectivos coeficientes pela diferença obtida entre a média dos logaritmos salariais nos setores considerados.

A *three-fold decomposition* previamente descrita apresenta ainda os parâmetros obtidos para todas as variáveis das equações de rendimento, as quais são dispostas no Apêndice D deste estudo, para os respectivos setores e anos considerados, de forma que apenas os diferenciais e efeitos sumarizados são apresentados para cada setor.

Desse modo, na Tabela 9 têm-se as estimativas para o diferencial de rendimento entre as mulheres ocupadas no setor industrial em relação ao rendimento obtido no setor de serviços e os efeitos acima descritos, considerando-se os anos de 2002, 2005 e 2009. Concomitante à recuperação do mercado de trabalho e dos rendimentos do trabalho na segunda metade da década de 2000 observa-se que a média do logaritmo do salário feminino no setor industrial apresentou uma evolução positiva ao longo do período, pois em 2002 representava 0,771 e 0,879 em 2005, em 2009 chegou a 1,542.

**Tabela 9** – Decomposição das equações de rendimento no setor industrial – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009

2002				2002				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,276***	0,0431	29,61	Efeito explicado	0,252***	0,0321	7,85	50
Indústria	0,771***	0,0378	20,40	Efeito setor	0,158**	0,0627	2,52	31
Diferença	0,504***	0,0573	8,80	Interação	0,0951**	0,419	2,27	18
2005				2005				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,403***	0,041	34,39	Efeito explicado	0,279***	0,026	10,57	53
Indústria	0,879***	0,028	31,51	Efeito setor	0,139**	0,054	2,58	27
Diferença	0,523***	0,050	10,57	Interação	0,105***	0,035	2,98	20
2009				2009				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	2,130***	0,054	39,66	Efeito explicado	0,355***	0,042	8,51	60
Indústria	1,542***	0,050	31,15	Efeito setor	0,200**	0,080	2,50	34
Diferença	0,588***	0,073	8,04	Interação	0,327	0,054	6,10	56

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

EP = Erro padrão

É importante constatar que a variação na média do logaritmo salarial das mulheres foi maior na indústria do que no setor de serviços entre 2002-2009. Porém, um aspecto negativo é que ainda assim o diferencial salarial entre os dois setores aumentou ao longo da série, isto é, as mulheres ocupadas no setor industrial gradualmente tiveram uma diferença crescente em relação ao rendimento obtido pelas inseridas no setor de serviços, favorável a esse último.

Os percentuais de explicação dados pelos três efeitos são obtidos dividindo-se cada um de seus respectivos coeficientes pela diferença observada entre o setor considerado e o setor de serviços. Sendo assim, o efeito dotação indica que se as mulheres ocupadas na indústria tivessem as mesmas características daquelas ocupadas no setor de serviços, seu incremento salarial foi (em termos de logaritmo) 0,252, ou seja, explicava 50% (dado por 0,252 dividido por 0,504) do diferencial negativo de rendimento obtido pelas trabalhadoras inseridas no setor industrial da Região Sul no ano de 2002. Situação análoga é percebida para o ano de 2005, em que esse mesmo efeito dotação foi responsável por explicar 53% da diferença salarial das mulheres.

Ao longo dos anos 2000 houve um aumento na explicação do diferencial salarial por meio dos atributos pessoais e da regulação no mercado de trabalho, que em 2002 explicavam 50% do diferencial salarial obtido pelas mulheres ocupadas no setor industrial, comparativamente àquelas inseridas no setor de serviços, em 2005 essa proporção era de 53% e o efeito dotação chegou a explicar 60% do hiato salarial observado no setor industrial em 2009. Ainda assim, uma parte da diferença observada permaneceria “não explicada” pelos atributos pessoais e pela regulação formal, pois em grande medida devia-se às características setoriais.

No que tange ao efeito setor, em 2002 foi responsável por explicar 31% no diferencial de rendimentos percebido pelas mulheres inseridas no setor industrial, quando comparado àquelas em vantagem salarial, ocupadas no setor de serviços. Já no ano de 2005, o efeito setor estava relacionado a 27% da diferença salarial no setor e apresentou um aumento significativo na explicação dada pelas características setoriais, pois em 2009 34% do hiato salarial na indústria se devia à tipicidades do setor industrial.

O efeito explicado e o efeito setorial, cuja influência mútua foi captada pelo modelo por meio do efeito interação, foram responsáveis por

corresponder a 56% da diferença salarial entre as mulheres que estavam ocupadas na indústria e no setor de serviços na Região Sul do Brasil em 2009.

Na análise dos resultados obtidos para o setor de comércio, comparativamente ao setor de serviços, a Tabela 10 apresenta um aumento significativo na média do logaritmo salarial entre 2002-2009, que passou de 0,920 para 1,647. Isso significa que embora o setor de serviços seja privilegiado quanto aos rendimentos femininos, comparativamente ao setor de comércio, a variação salarial (em termos das médias do logaritmo salarial) foi significativamente maior no setor de comércio, dado que a variação na média do logaritmo salarial no setor de serviços foi de 67% e o aumento na média do logaritmo salarial é maior no subperíodo de 2005-2009.

No entanto, esse aumento na média salarial do setor poderia ter tido maior impacto caso o hiato salarial entre os setores não permanecesse, ou mesmo aumentasse, como foi o caso. Embora esse aumento no diferencial entre os dois setores não seja tão expressivo quanto à variação salarial no setor de comércio, é uma evidência de que os salários obtidos pelas mulheres no mercado de trabalho da Região Sul, nos setores de serviços e do comércio permanecem não apenas díspares, mas com tendências de aumento no diferencial ao longo da década.

Quanto aos efeitos obtidos pelos coeficientes, tem-se que no ano de 2002, segundo a metodologia aplicada, o efeito explicado foi inconstante ao longo da série, em 2002 representava pouco mais de 96% da parcela de diferença salarial observada, em 2005 chegou a 42% e em 2009 explicou 27% na variação da média do logaritmo do salário das mulheres inseridas no setor de comércio, caso elas tivessem as mesmas características das mulheres ocupadas no setor de serviços, considerado como em vantagem. Desse modo, uma parcela significativa do hiato salarial observado foi explicado pelas características, produtivas ou não e pela condição de ocupação.

**Tabela 10** – Decomposição das equações de rendimento no setor de comércio – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009

2002				2002				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,276***	0,043	29,61	Efeito explicado	0,342***	0,016	21,37	96
Comércio	0,920***	0,050	18,40	Efeito setor	0,0665**	0,022	30,22	19
Diferença	0,356***	0,066	5,39	Interação	0,0355**	0,013	2,84	10
2005				2005				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,403***	0,041	34,39	Efeito explicado	0,162***	0,026	6,30	42
Comércio	1,019***	0,039	25,86	Efeito setor	0,0971*	0,058	1,68	25
Diferença	0,384***	0,057	6,77	Interação	0,125***	0,031	4,05	33
2009				2009				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	2,130***	0,054	39,66	Efeito explicado	0,129***	0,039	3,29	27
Comércio	1,647***	0,055	29,78	Efeito setor	0,133*	0,081	1,65	28
Diferença	0,483***	0,077	6,26	Interação	0,221***	0,048	4,60	46

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

EP = Erro padrão

O efeito setor foi responsável por cerca de 19% da explicação dos diferenciais salariais observados no setor de comércio no ano de 2002. Para os anos subsequentes, há um aumento do percentual de explicação dado pelo efeito setorial, em 2005 e 2009 corresponderam respectivamente a 25% e 28% na explicação dos diferenciais salariais observados no setor de comércio, quando comparados à média do logaritmo salarial das mulheres ocupadas no setor em vantagem, o de serviços.

No caso do setor de serviços domésticos, exposto na Tabela 11, percebe-se que também houve uma evolução positiva de crescimento da média do logaritmo do salário auferido pelas mulheres ocupadas nesse setor, o que representa uma valorização da remuneração das mulheres inseridas no setor de serviços domésticos da Região Sul do Brasil. Assume-se esse fato como positivo, pois toda tendência que vislumbre a redução das desigualdades salariais traz benefícios ao país em termos de consumo, melhoria da qualidade de vida das pessoas menos favorecidas, que geralmente estão inseridas neste setor de atividade, entre outros aspectos que fogem ao âmbito estritamente econômico. Além disso, podem estar relacionadas a fatores como o aumento da fiscalização do MTE, o aumento do registro em carteira de trabalho e do rendimento médio e ainda aumento na demanda por mão de obra devido a melhora no mercado de trabalho, fatores observados na segunda metade da década de 2000.

**Tabela 11** – Decomposição das equações de rendimento no setor de serviços domésticos – setor de serviços e dos efeitos obtidos para 2002, 2005 e 2009

2002				2002				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,276***	0,043	29,61	Efeito explicado	0,447**	0,193	2,31	56
S. Doméstico	0,476***	0,035	13,56	Efeito setor	0,226***	0,077	2,93	29
Diferença	0,799***	0,056	14,37	Interação	0,528***	0,201	2,63	66
2005				2005				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	1,403***	0,041	34,39	Efeito explicado	0,637	0,079	11,86	75
S. Doméstico	0,551***	0,019	28,40	Efeito setor	0,268***	0,069	3,91	31
Diferença	0,852***	0,045	18,85	Interação	0,490***	0,096	5,12	58
2009				2009				
Setores	Coef.	EP	Est "t"	Efeitos	Coef.	EP	Est "t"	%
Serviços	2,130***	0,054	39,66	Efeito explicado	0,378***	0,100	3,78	43
S. Doméstico	1,247***	0,039	32,22	Efeito setor	0,364***	0,103	3,53	41
Diferença	0,883***	0,066	13,34	Interação	0,140	0,128	1,09	16

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Obs: Nível de significância \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$  e \* $p < 0,1$

EP = Erro padrão

Quanto às causas do diferencial salarial, o efeito dotação explicava 56% da diferença de rendimento obtido pelas trabalhadoras inseridas no setor de serviços domésticos, na Região Sul no ano de 2002, em relação às mulheres ocupadas no setor de serviços. Essa situação passou para 75% em 2005 e no ano de 2009, os atributos pessoais e a regulação no mercado de trabalho explicavam 43% da diferença salarial, ou seja os atributos pessoais, tiveram uma contribuição significativa na explicação do diferencial de rendimento feminino entre as mulheres ocupadas no setor de serviços e de serviços domésticos.

O efeito setor explicava 28% da diferença salarial entre os rendimentos no setor de serviços domésticos no ano de 2002, com tendência de aumento desse percentual de explicação, pois em 2005 o efeito setorial correspondia a 31% do hiato observado e em 2009 chegou a 42%. Esse pode ser um indicativo de que as características intrínsecas ao setor são fortes e contribuíram significativamente e de forma crescente para explicar a diferença de rendimento marcante existente no setor de serviços domésticos quando comparado ao setor em vantagem, o de serviços. Outro aspecto importante foi a interação entre os atributos pessoais, a condição na ocupação e as características do setor, que teve seu percentual de explicação reduzindo-se ao longo do período. A interação explanava 66% do diferencial de rendimento das mulheres inseridas nesse setor,

comparativamente àquelas do setor de serviços em 2002, e então passou para 58% em 2005 e chegou a 16% em 2009.

A Tabela 12 resume os resultados obtidos para a decomposição dos rendimentos e mostra o total dos efeitos explicado, setorial e a interação entre ambos, para os três anos abordados nos setores de atividade econômica.

**Tabela 12** – Resumo dos efeitos explicados, setoriais e interação, para os setores da indústria, comércio e serviços domésticos, comparativamente ao setor de serviços, 2002, 2005 e 2009.

	2002			2005			2009		
	Ind.	Com.	S. Dom.	Ind.	Com.	S. Dom.	Ind.	Com.	S. Dom.
Efeitos									
Ef. Expl.	50%	96%	56%	54%	42%	75%	60%	27%	43%
Ef. Setor	31%	19%	29%	27%	25%	31%	34%	28%	41%
Interação	18%	10%	66%	20%	33%	58%	56%	46%	16%

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Em resumo, observou-se que a média do logaritmo salarial cresceu ao longo da série tanto no setor de serviços quanto na indústria. No entanto, também houve aumento na diferença salarial das mulheres no setor industrial quando comparado ao setor de serviços, ainda que a evolução da média salarial no setor tenha sido positiva ao longo do período.

O diferencial salarial observado na indústria foi crescentemente explicado ao longo da série pelos atributos pessoais e da regulação, pois 50% da diferença salarial em relação ao setor de serviços foi atribuída ao efeito dotação em 2002, em 2005 essa proporção passou para 54% e chegou a 60% em 2009. Já o efeito setor, manteve-se relativamente estável, sendo responsável por 31% no diferencial de rendimentos percebido pelas mulheres inseridas no setor industrial, quando comparadas àquelas em vantagem salarial, ocupadas no setor de serviços. No ano de 2005 houve uma redução na explicação do diferencial salarial dado pela tipicidade do setor, que explicou 27%, porém em 2009 houve um aumento na contribuição das características setoriais na contribuição para o hiato salarial, cuja proporção chegou a 34%.

Apesar da recuperação na indústria e do conseqüente ganho salarial no setor, ao longo da década de 2000, ressalta-se não apenas a persistência do diferencial entre os rendimentos observados entre os dois setores, como ainda o aumento da vantagem no setor de serviços, visto que o diferencial salarial aumentou

em 16% quando comparados os rendimentos obtidos pelas mulheres ocupadas no setor industrial em relação àquelas inseridas no setor de serviços.

A média do logaritmo salarial estimada para o setor de comércio passou de 0,920 para 1,647 entre 2002- 2009. No entanto, esse aumento na média salarial do setor poderia ter tido maior impacto na redução da diferença salarial caso o hiato entre os setores não permanecesse. Das estimativas obtidas para o diferencial de rendimento entre as mulheres ocupadas no setor de comércio em relação àquelas inseridas no setor de serviços, observou-se uma redução no poder de explicação dado pelos atributos pessoais e pela regulação no mercado de trabalho, pois em 2002, 96% do diferencial na média do logaritmo do salário das mulheres inseridas no comércio devia-se às características pessoais, produtivas ou não, intrínsecas à mão de obra ocupada nesse setor. Em 2005, esse percentual passou a ser de 42% e chegou a 27% em 2009.

Por outro lado, às características típicas do setor, contempladas pelo efeito setorial teve um aumento na capacidade de explicação do hiato salarial entre os dois setores. Em 2002, contribuía com 19% na explicação da diferença de rendimento observados no setor de comércio, em 2005 passou a explicar 25% e em 2009, 34% da diferença na média do logaritmo salarial se devia às tipicidades do setor.

Quanto ao efeito interação, que é dado pela influência mútua dos efeitos dotação e setorial, também teve um aumento na contribuição, uma vez que representava 10% em 2002, foi de 33% em 2005 e chegou a 46% em 2009. Esse pode ser um indicativo de que mais fatores podem ser necessários para explicar não apenas a persistência, mas também o aumento de 35% do diferencial salarial observado em relação ao setor de serviços, já que no comércio identificou-se o maior crescimento da diferença de rendimento entre os setores.

As estimativas obtidas para a diferença salarial entre as mulheres ocupadas no setor de serviços domésticos em relação ao daquelas inseridas no setor de serviços, também indicaram uma tendência de aumento das desigualdades salariais, embora tenha sido o setor em que esse aumento foi o menor, 10% entre 2002-2009. Assim, devido à grande discrepância entre as duas categorias, embora o logaritmo médio salarial das mulheres no setor de serviços domésticos tenha variado positivamente no período, persiste um grande hiato entre o auferido pelas duas categorias no mercado de trabalho.

Ao se realizar a média de cada efeito no período, o efeito dotação explicou em média 55% do diferencial de rendimento obtido pelas trabalhadoras inseridas no setor industrial na Região Sul considerando-se a série como um todo. A explicação dada pelas características típicas do setor, contempladas pelo efeito setorial teve um aumento na explicação da diferença salarial em relação ao setor de serviços. Em 2002, o efeito setor correspondia a 29% na explicação da diferença de rendimento observados no setor de serviços domésticos, em 2005 passou a explicar 31%. Em 2009, 42% da diferença na média do logaritmo salarial se devia às tipicidades do setor de serviços.

No Apêndice D apresenta-se os resultados da decomposição do diferencial salarial nos três setores comparados ao setor de serviços, de acordo com os efeitos explicado, setorial e a interação e a contribuição específica de cada variável. A partir da contribuição de cada variável no total de diferença salarial observada é possível atribuir um peso à explicação dada pelas variáveis ligadas à teoria do capital humano, a escolaridade e experiência. Isto é, o somatório dos coeficientes da variável binária que indica maior escolaridade (acima de 12 anos de estudo) e da experiência é dividido pelo logaritmo da diferença salarial observada em cada setor, de modo a obter-se o cálculo da explicação dada pelas variáveis ligadas ao capital humano.

Desse modo, as variáveis que representam a teoria do capital humano, a faixa superior de escolaridade e a experiência, foram responsáveis por explicar em média 54% nos diferenciais salariais observados para as mulheres inseridas no setor industrial, 45% no setor de comércio e 32% do total de hiato salarial evidenciado no setor de serviços domésticos, todos quando comparados ao setor de serviços, vantajoso em relação aos demais. Outra consideração a ser feita é que parcelas significativas dos diferenciais são explicados pelos efeitos setoriais, os quais estão ligados a fatores abordados pela teoria da segmentação do mercado de trabalho. Essas variáveis têm sua influência congregadas no efeito setorial, que foram responsáveis por explicar em média 30% nos diferenciais salariais observados entre as mulheres inseridas no setor industrial, 24% no setor de comércio e 34% do total de hiato salarial evidenciado no setor de serviços domésticos, todos quando comparados ao setor de serviços.

As particularidades setoriais, tais como suas respectivas estruturas produtivas, organizações trabalhistas ou mesmo a cultura de cada setor podem ser

elementos que interfiram nos diferenciais salariais observados, principalmente no setor industrial e de serviços domésticos, setores em que o efeito setorial teve maior poder de explicação dos diferenciais de rendimento. São informações que indicam comprovação das hipóteses de presença de segmentação no mercado de trabalho feminino na Região Sul do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a presença feminina no mercado de trabalho não ser igualitária, não apenas na Região Sul como no país todo, as mulheres continuam aumentando sua participação, de forma a exercer plenamente seu papel de agente na economia e na sociedade brasileiras. No âmbito do trabalho, as mulheres correspondem à expressiva parcela da força de trabalho na Região Sul do Brasil, dentre as quais se vislumbra maiores diferenciais de rendimento das mulheres ocupadas no setor de serviços.

Diante disso, buscou-se analisar a formação e os diferenciais de rendimento das mulheres da Região Sul do Brasil, nos setores de atividade econômica comparadas ao setor de serviços, a partir dos microdados da PNAD, para examinar a proporção dos efeitos decorrentes dos atributos pessoais e da regulação no mercado de trabalho *versus* os efeitos setoriais na determinação dos diferenciais de rendimento das mulheres.

De modo geral, nas equações de seleção para os anos de 2002, 2005 e 2009, os sinais dos coeficientes obtidos foram coerentes com o esperado, com base na literatura econômica. Ressalta-se a importância revelada pela variável cor não branca, cujo efeito foi negativo para a participação no mercado de trabalho e do papel positivo da educação, esperado para as faixas mais elevadas de escolaridade no processo de seleção para o mercado de trabalho no Sul do Brasil, com exceção do setor de serviços domésticos, no qual a educação apresenta uma relação negativa quanto à participação.

Um ponto importante a ser destacado quanto às equações de rendimento foram as estimativas estatisticamente significativas, em todos os setores de atividade considerados, para a variável *lambda* obtida nas equações de rendimento. Esse fato é um indicador de que a inclusão dessa variável originada pelo Modelo de Seleção de Heckman é necessária para corrigir o viés de seleção amostral.

Ressalta-se que a idade feminina teve implicações positivas quanto aos rendimentos auferidos de acordo com o setor de atividade econômica percebido pelos sinais positivos dos coeficientes. Quanto à variável cor, o que se observou nas equações de rendimento foram sinais negativos dos coeficientes, o que mostra a desvantagem das mulheres negras e pardas quanto aos rendimentos auferidos no

mercado de trabalho na Região Sul, fato que é observado, com significância estatística em todos os setores de atividade econômica.

O setor de serviços domésticos apresentou desvantagens quanto às faixas de escolaridade, pois consiste no único setor de exceção, já que nos demais as faixas de escolaridade tiveram uma influência positiva sobre o rendimento do trabalho feminino. É o setor em que se observa o maior diferencial comparativamente ao setor de serviços. Verificam-se nos serviços domésticos uma característica ligada ao baixo rendimento e escolaridade, em um círculo vicioso persistente, difícil de ser quebrado, devido à rígida mobilidade ocupacional brasileira. A categoria de emprego formal e a experiência, apresentaram os sinais esperados, com tendência a impactar positivamente no rendimento do trabalho feminino em todos os setores observados.

Das estimativas obtidas para o diferencial de rendimento entre as mulheres ocupadas no setor de comércio, em média 55% do diferencial na média do logaritmo salarial são explicados pelas características, produtivas ou não, intrínsecas à mão de obra ocupada no setor de comércio. Enquanto o efeito setor, em média contribuiu com cerca de 32% da explicação dos diferenciais observados no setor de comércio em relação ao setor de serviços, que é o setor em vantagem.

O diferencial de rendimento entre as mulheres ocupadas no setor de serviços domésticos e no setor de serviços persistiu, no entanto, devido à grande discrepância entre as duas categorias, embora o logaritmo médio salarial das mulheres no setor de serviços domésticos tenha variado positivamente no período, persiste um grande hiato entre o auferido pelas mulheres nos dois setores de atividade econômica. Na média do período, essa diferença observada foi 57% explicada pelo efeito dotação, enquanto cerca de 34% da explicação de tais diferenciais se deu pelo efeito setor.

As variáveis ligadas ao capital humano, as faixas de escolaridade e a experiência, no período considerado foram responsáveis por explicar em média 54% nos diferenciais salariais observados para as mulheres inseridas no setor industrial, 45% no setor de comércio e 32% no setor de serviços domésticos, todos quando comparados ao setor de serviços, vantajoso em relação aos demais. Constatou-se ainda que parcelas significativas dos diferenciais são explicados pelos efeitos setoriais, os quais estão ligados à fatores abordados pela teoria da segmentação do mercado de trabalho.

As características setoriais tiveram importante papel na explicação do hiato salarial existente entre os setores. Foram responsáveis por explicar em média 30% nos diferenciais salariais observados entre as mulheres inseridas no setor industrial, 24% no setor de comércio e 34% do total de hiato salarial evidenciado no setor de serviços domésticos, todos quando comparados ao setor de serviços.

Desse modo, como não apenas atributos pessoais seriam responsáveis pela desvantagem salarial verificada, mas fatores alheios às características pessoais produtivas ou não das mesmas, como tipicidades intrínsecas aos setores, pode-se atribuir tais diferenciais à presença de segmentação no mercado de trabalho feminino da Região Sul do Brasil. Assim, corrobora-se a hipótese de que a segmentação ocorre no mercado de trabalho feminino da Região Sul do Brasil, pois embora uma parcela da diferença salarial possa ser explicada pelos diferenciais de produtividade ligados à escolaridade e experiência, variáveis ligadas à teoria do capital humano, estas não o explicam completa e suficientemente, ainda que os atributos pessoais, produtivos ou não e a categoria de emprego sejam variáveis importantes. Portanto, a parcela de diferença, decorrente de características do setor, nos rendimentos das mulheres inseridas no mercado de trabalho são de grande relevância

Pesquisas voltadas especificamente para cada setor, que considere as especificidades de cada um de forma mais ampla, poderiam contribuir para avançar na compreensão dos motivos que fazem com que as diferenças salariais, não apenas existam, mas persistam ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de rendimento por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.33, n.2, p. 196-217, abr./jun. 2002.
- ARBACHE, J. S.; NEGRI, J. A. **Diferenciais de salários interindustriais no Brasil: evidências e implicações**. IPEA: Brasília. 2002
- BALTAR, P. A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, IE. 1998.
- BARROS, R. P. ; VARANDAS, S. ; PONTES, J. Diferenciais de salário: ilustrações e aplicações. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Econometria, v.8, n.2, p.31-53, 1988.
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. IPEA: Brasília. 1995.
- BECKER, K. L. **A remuneração do trabalho do professor no ensino fundamental público brasileiro**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2008. 124 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, 2008.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Desigualdades, Discriminação e políticas Públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ILAS CEBRAP, 2., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **The Journal of Human Resources**, v.8, n.4, p. 436–455. 1973.
- BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência na discriminação? In: ROCHA. M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000.
- BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, 2007.
- CACCIAMALI, M. C.; BATISTA, N. N. F. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 97-115, jan./jun. 2009.
- CACCIAMALLI, M.; CAMILLO, V. S. Redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendências ou fenômeno transitório? **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.2, p. 287-315, ago. 2009.
- CACCIAMALLI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. W. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão? **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.33, p.195-222, jul./dez. 2009.

- CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.58, n.2, p.185-210, abr./jun. 2004
- CARVALHO, A. P.; NERI, M. C.; SILVA, D. B. N. Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. **Ensaio Econômico**, Rio de Janeiro, n.638, 2006.
- CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.18, n.1, p. 158-175, jan./mar.1998.
- CHAVES, A. L. L. Determinação dos rendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, número especial, p. 399-420, 2002.
- CIRINO, J. F. **Participação feminina e rendimento no mercado de trabalho: análises de decomposição para o Brasil e as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 188 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, 2008
- COELHO, D.; VESZTEG, R.; SOARES, V. F. **Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil**. Brasília: IPEA. 2010.
- DEDECCA, C. S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. M. A queda recente da desigualdade: relevância e limites. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.
- FERNANDES, R. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.26, n.3, 1996.
- FIGUEIREDO NETO, L. F. Determinantes da participação no mercado de trabalho e dos rendimentos e retornos aos investimentos em capital humano. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v.16, n.29. 1998.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, Princeton, v.47, n.1, mar. 1979.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil, em 1980, por unidades da Federação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.3, n.1, p. 31-41, jan./mar. 1983.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.14, n.2, maio/ago. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios**. Vários Anos. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de

indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**, Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, ago., 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Pnad 2009 - **Primeiras análises**: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, dez., 2010.

JNN. B. A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. ETH Zurich Sociology. **Working Paper**. n.5, may 2008.

KASSOUF, A. L. (1994). The wage rate estimation using the Heckman procedure. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro. v.14, n.1, p. 89-107. 1994.

KON, A. Distribuição dos rendimentos da população ocupada brasileira na década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2000.

KON, A. Qualificação e Trabalho: atributos de gênero e segmentação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

KON, A. Brazilian labor market regional patterns: an approach to gender divergences. Brasília, **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33. jul./dez. 2009

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M. et al. **Economia brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2010. 302 p.

LANGONI, G. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEONE E. T.; BALTAR. P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249. jul./dez. 2008.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, abr. 1980

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-jun. 2009.

MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de especificação? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p. 235-248, abr./jun. 2004.

MINCER, J. Schooling, experience and earnings. **National Bureau of Economic Research**, Nova York, 1974. Disponível em: < <http://www.nber.org/books/minc74-1>>. Acesso em: set. 2009.

MULS, L. M. **A teoria do capital humano, as teorias da segmentação e a literatura institucionalista**: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda. Rio de Janeiro: UFF, 1994.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, Princeton, v.14, n.3, p. 693-709, october, 1973.

OLIVEIRA, A. M. H., RIOS-NETO, E. L. G. Tendências da desigualdade salarial para coortes de mulheres brancas e negras no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.36, n.2, p. 205-236, abr./jun. 2006

PERFIL DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2009

PINHEIRO, A. C., RAMOS, L. A. Interindustry wage differentials and earning inequality. **Estudios de Economia**, v.21, n.1, p. 79-111, 1994.

RAMOS, L. Desigualdade de rendimentos do trabalho no período pós-real: o papel da escolaridade e do desemprego. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.11, n.2, abr./jun. 2007.

RAMOS, L. A. **O desenvolvimento recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro: IPEA, jan, 2007.

RAMOS, L.; RIOS-NETO, E.; WAJNMAN, S. Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, maio. 1997.

RAMOS, L. R.; REIS, J. G. CAMARGO, J. M.; Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. *In*: GIAMBIAGI, F. (org). **Distribuição de renda no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. Dual labor markets: a theory of labor market segmentation. **American Economic Review**, v.63. n.2, p. 359-365, may. 1973.

SCORZAFAVE, L. G., MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, dez. 2001.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEDLACEK, G. L., SANTOS, E. C. Estratégias de geração de renda das famílias brasileiras: um estudo da participação da cônjuge no mercado de trabalho e de sua contribuição no processo de renda familiar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPEC, 1990.

SILVA, N. de D. V.; KASSOUF, A. L. Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n.1, jul. 2000.

SILVA, I. Teorias do emprego segundo o enfoque do capital humano, da segmentação e dos mercados internos. **Revista da Fapese**, Sergipe, v.2., n. 2, p.129-140, jul./dez.2006.

SILVA, J. C. F. Os salários na indústria brasileira: um estudo sobre diferenciação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, dez. 1983.

SOARES, R. R.; GONZAGA, G. Determinação de salários no Brasil: Dualidade ou não-linearidade no retorno à educação. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.377- 404, 1999.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ABEP, 2004.

WAJNMAN, S; RIOS-NETO, E. L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA. M. I. B. (Org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

**Tabela A1** – Percentual de participação feminina no mercado de trabalho segundo as faixas de escolaridade por setor

	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>Δ %</b>
<b>Serviços</b>				
00 a 04 anos de estudo	13,59	10,43	7,48	-44,96
05 a 08 anos de estudo	22,35	20,57	17,34	-22,42
09 a 11 anos de estudo	41,06	43,02	40,63	-1,05
Acima de 12 anos	23,09	26,85	31,25	35,34
<b>Indústria</b>				
00 a 04 anos de estudo	21,82	17,4	14,05	-35,61
05 a 08 anos de estudo	39,53	34,13	29,85	-24,49
09 a 11 anos de estudo	29,89	39,51	43,57	45,77
Acima de 12 anos	8,67	9,12	12,56	44,87
<b>Comércio</b>				
00 a 04 anos de estudo	13,22	10,24	7,92	-40,09
05 a 08 anos de estudo	26,85	20,16	19,09	-28,90
09 a 11 anos de estudo	49,29	54,68	58,72	19,13
Acima de 12 anos	10,74	14,38	14,48	34,82
<b>S. Doméstico</b>				
00 a 04 anos de estudo	44,75	38,99	33,05	-26,15
05 a 08 anos de estudo	41,09	42,25	45,41	10,51
09 a 11 anos de estudo	14,47	18,54	21,71	50,03
Acima de 12 anos	0,01	0,02	0,02	90,00
Total da Amostra	10.291	10.921	11.285	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

## APÊNDICE B

**Tabela B1** – Percentual de participação feminina no mercado de trabalho segundo as faixas de idade por setor

<b>Serviços</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>Δ %</b>
16 - 24 anos de idade	29,94	29,10	26,91	-10,12
25 - 29 anos de idade	18,37	15,47	17,12	-6,80
30 - 39 anos de idade	31,47	26,04	24,48	-22,21
40 - 49 anos de idade	20,20	19,82	20,22	0,10
50 - 60 anos de idade	0,09	9,54	11,24	12.388,89
<b>Indústria</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>Δ %</b>
16 - 24 anos de idade	27,24	22,93	19,77	-27,42
25 - 29 anos de idade	13,28	16,40	16,16	21,69
30 - 39 anos de idade	26,62	27,53	27,32	02,63
40 - 49 anos de idade	22,18	22,13	22,47	01,31
50 - 60 anos de idade	10,72	10,97	14,26	33,02
<b>Comércio</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>Δ %</b>
16 - 24 anos de idade	31,55	31,80	29,53	-6,40
25 - 29 anos de idade	19,17	16,72	16,22	-15,39
30 - 39 anos de idade	31,78	23,87	24,53	-22,81
40 - 49 anos de idade	17,46	18,83	17,70	01,37
50 - 60 anos de idade	0,09	08,75	12,00	13.233,33
<b>Serv. Domésticos</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>Δ %</b>
16 - 24 anos de idade	20,63	17,72	11,49	-44,30
25 - 29 anos de idade	13,02	11,53	10,02	-23,04
30 - 39 anos de idade	30,24	27,27	27,71	-08,36
40 - 49 anos de idade	24,53	27,68	30,54	24,50
50 - 60 anos de idade	12,22	15,77	20,21	65,38
Total da Amostra	10.291	10.921	11.285	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

## APÊNDICE C

**Tabela C1** – Descrição das variáveis binárias, respectivas médias e desvios padrão, por setores de atividade para 2002, 2005 e 2009.

Variável	Descrição	Total 2002		Total 2005		Total 2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	34,30	11,73	31,66	20,83	36,04	11,87
Escolaridade	Anos de escolaridade	8,73	4,03	8,81	4,71	9,74	3,86
Experiência	Proxy da exp. em anos	19,46	12,81	20,05	13,92	20,70	13,16
Branças	=1 se for branca	0,83	0,36	0,81	0,38	0,80	0,39
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,55	0,49	0,40	0,49	0,58	0,49
Filhos	=1 se tem filhos	0,59	0,49	0,41	0,49	0,57	0,49
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,23	0,42	0,19	0,39	0,31	0,45
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,11	0,31	0,11	0,32	0,75	0,26
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,59	0,49	0,58	0,49	0,63	0,48
Rendimento	Renda Média	449,12	6,12	535,92	6,15	851,09	9,48
Salário/hora	Salário em reais por hora	3,57	5,01	4,43	5,97	6,15	8,46
Ln Sálário	Logaritmo do salário	0,86	0,83	1,29	1,79	1,51	0,73
Variável	Descrição	Serviços 2002		Serviços 2005		Serviços 2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	32,75	0,16	32,87	0,17	33,42	0,18
Escolaridade	Anos de escolaridade	9,56	0,55	10,12	0,56	10,64	0,55
Experiência	Proxy da exp. em anos	17,94	0,21	17,85	0,20	17,97	0,20
Branças	=1 se for branca	0,85	0,05	0,82	0,00	0,81	0,00
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,52	0,07	0,47	0,00	0,43	0,07
Filhos	=1 se tem filhos	0,54	0,07	0,53	0,00	0,51	0,01
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,22	0,06	0,24	0,00	0,26	0,02
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,11	0,04	0,12	0,04	0,08	0,02
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,59	0,08	0,61	0,08	0,62	0,03
Rendimento	Renda média	585,10	12,47	640,57	12,55	1099,85	19,63
Salário/hora	Salário em reais por hora	4,16	1,01	5,37	0,10	7,28	0,14
Ln Sálário	Logaritmo do salário	1,01	0,14	1,01	0,10	1,66	0,01
Variável	Descrição	Indústria 2002		Indústria 2005		Indústria 2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	33,98	0,25	34,36	0,25	35,73	0,24
Escolaridade	Anos de escolaridade	7,76	0,77	8,30	0,07	8,79	0,75
Experiência	Proxy da exp. em anos	19,52	0,28	19,72	0,29	21,01	0,27
Branças	=1 se for branca	0,86	0,07	0,85	0,00	0,82	0,01
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,57	0,11	0,63	0,01	0,65	0,01
Filhos	=1 se tem filhos	0,62	0,11	0,62	0,01	0,61	0,01
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,21	0,08	0,21	0,00	0,26	0,00
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,09	0,06	0,09	0,04	0,07	0,05
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,64	0,11	0,67	0,10	0,70	0,00
Rendimento	Renda média	431,20	12,99	540,38	13,00	758,57	16,37
Salário/hora	Salário em reais por hora	2,65	0,77	3,25	0,07	4,64	0,01
Ln Sálário	Logaritmo do salário	0,65	0,16	0,65	0,01	1,31	0,12
Variável	Descrição	Comércio 2002		Comércio 2005		Comércio 2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	32,28	0,26	32,23	0,26	33,67	0,25
Escolaridade	Anos de escolaridade	9,21	0,75	9,65	0,07	9,87	0,67
Experiência	Proxy da exp. em anos	16,85	0,29	16,63	0,29	18,31	0,28
Branças	=1 se for branca	0,88	0,07	0,85	0,00	0,82	0,01
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,52	0,11	0,50	0,01	0,56	0,01
Continuação							
Filhos	=1 se tem filhos	0,54	0,11	0,53	0,01	0,51	0,00
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,19	0,08	0,21	0,00	0,26	0,00
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,08	0,06	0,11	0,00	0,07	0,01
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,57	0,11	0,62	0,01	0,66	0,00
Rendimento	Renda média	490,40	12,66	493,02	12,91	862,25	19,35
Salário/hora	Salário em reais por hora	3,02	0,94	3,06	0,09	5,16	0,12
Ln Sálário	Logaritmo do salário	0,78	0,18	0,78	0,01	1,38	0,13
Variável	Descrição	S. Dom. 2002		S. Dom. 2005		S. Dom. 2009	
		Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
Idade	Idade em anos	35,38	0,24	36,95	0,24	39,53	0,25
Escolaridade	Anos de escolaridade	5,41	0,65	5,78	0,06	6,34	0,07
Experiência	Proxy da exp. em anos	21,72	0,27	21,86	0,27	24,71	0,29
Branças	=1 se for branca	0,71	0,09	0,68	0,00	0,67	0,01
Cônjuge	=1 se for cônjuge	0,55	0,10	0,54	0,01	0,51	0,00
Filhos	=1 se tem filhos	0,68	0,09	0,69	0,00	0,69	0,00
Chefe de família	=1 se for chefe de família	0,26	0,09	0,28	0,00	0,35	0,01
Outra renda	=1 se tem renda do não trab.	0,13	0,07	0,16	0,00	0,06	0,00
Formal	=1 se tem trabalho formal	0,30	0,09	0,31	0,04	0,33	0,01
Rendimento	Renda média	216,80	3,11	264,80	3,12	447,13	5,80
Salário/hora	Salário em reais por hora	1,73	0,04	2,03	0,04	3,47	0,46
Ln Sálário	Logaritmo do salário	0,33	0,14	0,33	0,01	1,11	0,12

Fonte: Resultados da pesquisa

## APÊNDICE D

**Tabela D1** – Decomposição das equações de rendimento, coeficientes e desvio padrão por setor e variáveis – 2002

Variáveis	Indústria			Comércio		
	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação
idade	0,00574 (0,0147)	-0,229 (0,453)	-0,000899 (0,00290)	0,0391* (0,0200)	0,347 (0,496)	0,0162 (0,0235)
Não-branca	-0,00291 (0,00302)	0,00317 (0,0202)	0,000288 (0,00185)	-0,00706 (0,00480)	0,0125 (0,0222)	0,00226 (0,00415)
5 a 8 anos estudo	0,00291 (0,0196)	0,0609 (0,0737)	-0,0289 (0,0351)	-0,00596 (0,0108)	0,0122 (0,0619)	-0,00287 (0,0146)
9 a 11 anos estudo	0,0179* (0,0107)	0,131** (0,0591)	0,0372** (0,0179)	-0,0501*** (0,0182)	0,0440 (0,113)	-0,00836 (0,0214)
12 (ou mais) anos estudo	0,176*** (0,0316)	0,0540*** (0,0194)	0,120*** (0,0425)	0,225*** (0,0406)	0,0276 (0,0267)	0,0483 (0,0467)
Experiência	0,0160 (0,0199)	0,134 (0,384)	-0,0102 (0,0295)	0,0368* (0,0219)	-0,835** (0,382)	-0,0400 (0,0261)
Experiência <sup>2</sup>	0,0379** (0,0182)	0,198 (0,197)	-0,0242 (0,0248)	-0,0247 (0,0207)	0,439** (0,189)	0,0203 (0,0184)
Formal	-0,00195 (0,00273)	-0,0346 (0,0760)	0,00169 (0,00381)	-0,00171 (0,00338)	0,0367 (0,0788)	0,00196 (0,00433)
Serv. Domésticos						
Variáveis	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação			
idade	-0,0342** (0,0174)	0,678 (0,463)	-0,0368 (0,0259)			
Não-branca	0,0144 (0,0114)	-0,0394 (0,0407)	0,0208 (0,0216)			
5 a 8 anos estudo	-0,00489 (0,0177)	0,0500 (0,0746)	-0,0258 (0,0386)			
9 a 11 anos estudo	0,00613 (0,0285)	0,0882*** (0,0282)	0,151*** (0,0480)			
12 (ou mais) anos estudo	0,0957 (0,190)	0,00301 (0,00232)	0,330* (0,195)			
Experiência	0,0783 (0,0536)	0,490 (0,428)	0,0951 (0,0835)			
Experiência <sup>2</sup>	0,0639 (0,0406)	0,0926 (0,233)	-0,0258 (0,0650)			
Formal	-0,0181 (0,0180)	0,0301 (0,0413)	0,0201 (0,0277)			

**Fonte:** Resultados da pesquisa

**Tabela D2** – Decomposição das equações de rendimento, coeficientes e desvio padrão por setor e variáveis – 2005

Variáveis	Indústria			Comércio		
	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação
idade	-0,00925 (0,0100)	0,267 (0,408)	-0,00232 (0,00430)	0,0963*** (0,0248)	-0,528 (0,446)	-0,0285 (0,0247)
Não-branca	-0,00411 (0,00259)	-0,00308 (0,0175)	-0,000605 (0,00346)	-0,00207 (0,00223)	-0,00727 (0,0220)	-0,000815 (0,00252)
5 a 8 anos estudo	-0,0221* (0,0133)	0,0285 (0,0636)	-0,0133 (0,0296)	-0,00447 (0,00443)	0,00902 (0,0475)	-0,00109 (0,00575)
9 a 11 anos estudo	0,00686 (0,00543)	0,103 (0,0660)	0,00512 (0,00509)	-0,0476** (0,0227)	0,178 (0,116)	-0,0495 (0,0326)
12 (ou mais) anos estudo	0,294*** (0,0288)	0,0428** (0,0190)	0,1000** (0,0440)	0,147*** (0,0341)	0,128*** (0,0318)	0,186*** (0,0460)
Experiência	0,00909 (0,0160)	0,282 (0,274)	-0,0239 (0,0238)	0,0195 (0,0159)	0,455 (0,285)	0,0291 (0,0206)
Experiência <sup>2</sup>	0,0181 (0,0126)	-0,169 (0,134)	0,0221 (0,0183)	-0,00772 (0,00849)	-0,138 (0,135)	-0,00956 (0,0105)
Formal	-0,0127*** (0,00482)	-0,275*** (0,0667)	0,0181** (0,00725)	-0,000116 (0,00125)	-0,130* (0,0728)	0,000280 (0,00301)
Serv. Domésticos						
Variáveis	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação			
idade	-0,0337** (0,0142)	1,065*** (0,390)	-0,0934*** (0,0355)			
Não-branca	0,00281 (0,00648)	-0,0515 (0,0364)	0,0257 (0,0182)			
5 a 8 anos estudo	-0,00791 (0,0111)	0,0783 (0,0721)	-0,0440 (0,0405)			
9 a 11 anos estudo	0,0187 (0,0125)	0,103*** (0,0313)	0,115*** (0,0352)			
12 (ou mais) anos estudo	0,0996 (0,0775)	0,00894*** (0,00336)	0,452*** (0,0930)			
Experiência	0,0888*** (0,0342)	0,195 (0,280)	0,0433 (0,0621)			
Experiência <sup>2</sup>	0,0897*** (0,0272)	-0,117 (0,151)	0,0378 (0,0488)			
Formal	0,0134 (0,0105)	-0,0631* (0,0327)	-0,0452* (0,0236)			

**Fonte:** Resultados da pesquisa

**Tabela D3 – Decomposição das equações de rendimento, coeficientes e desvio padrão por setor e variáveis – 2009**

Variáveis	Indústria			Comércio		
	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação
idade	-0,0275* (0,0157)	0,638 (0,650)	-0,0198 (0,0210)	0,0247 (0,0197)	0,736 (0,685)	0,0264 (0,0256)
Não-branca	-0,000710 (0,00149)	-0,0361 (0,0318)	-0,00133 (0,00263)	0,000774 (0,00285)	-0,0129 (0,0355)	0,000220 (0,0100)
5 a 8 anos estudo	-0,0134 (0,0237)	0,0473 (0,0922)	-0,0232 (0,0452)	0,00774 (0,0126)	0,0819 (0,0731)	-0,0204 (0,0187)
9 a 11 anos estudo	0,000982 (0,00603)	0,0751 (0,116)	0,000425 (0,00268)	-0,00107 (0,0365)	0,341* (0,189)	-0,0939* (0,0527)
12 (ou mais) anos estudo	0,371*** (0,0487)	0,0244 (0,0406)	0,0438 (0,0728)	0,0977 (0,0609)	0,185*** (0,0511)	0,303*** (0,0834)
Experiência	0,00436 (0,0436)	-0,380 (0,553)	0,0446 (0,0654)	0,000385 (0,00757)	-0,315 (0,512)	-0,00646 (0,0122)
Experiência <sup>2</sup>	0,0337 (0,0317)	0,190 (0,276)	-0,0326 (0,0477)	-0,000160 (0,00140)	0,0321 (0,239)	0,000137 (0,0145)
Formal	-0,00468 (0,00527)	-0,303*** (0,106)	0,0208** (0,00940)	-0,000835 (0,00368)	-0,247** (0,110)	0,0111 (0,0701)
Serv. Domésticos						
Variáveis	Efeito explicado	Efeito não explicado	Efeito Interação			
idade	-0,0521 (0,0421)	1,264** (0,632)	-0,156** (0,0789)			
Não-branca	-0,0364*** (0,0128)	-0,186*** (0,0531)	0,0873*** (0,0259)			
5 a 8 anos estudo	-0,0217 (0,0243)	0,0662 (0,113)	-0,0413 (0,0704)			
9 a 11 anos estudo	0,0419** (0,0204)	0,0869 (0,0614)	0,0667 (0,0472)			
12 (ou mais) anos estudo	0,421*** (0,0941)	0,0116 (0,00800)	0,188 (0,125)			
Experiência	0,0546 (0,0873)	-0,617 (0,593)	0,166 (0,159)			
Experiência <sup>2</sup>	0,0439 (0,0690)	0,106 (0,331)	-0,0405 (0,126)			
Formal	0,0368* (0,0219)	-0,177*** (0,0505)	-0,129*** (0,0373)			

**Fonte:** Resultados da pesquisa